

## EDITAL

### OBJETO

Contratação de empresa especializada para fornecimento de jornais e revistas à Agência Nacional de Transportes Terrestres, em Brasília/DF, conforme quantitativos e especificações contidas no Termo de Referência, Anexo I deste Edital.

### Observações:

- Abertura da sessão pública dia 25/01/2018 – às 10:00 horas
- Site para realização do pregão: [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br)
- Site para retirada do edital: [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br)
- Esclarecimentos: site [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br) ou via e-mail: [editais@antt.gov.br](mailto:editais@antt.gov.br)
- Referência de tempo: horário de Brasília
- Cópias do Edital e do respectivo aviso se encontram à disposição de qualquer pessoa para consulta na ANTT, no seguinte endereço: Setor de Clubes Esportivos Sul Trecho 3 - Lote 10 - Projeto Orla, Pólo 8, Bloco A – 2º Andar - Gerência de Licitações e Contratos - Brasília – DF – CEP 70.200-003.

**PREGÃO - ELETRÔNICO Nº. 01/2018**  
**Processo número 50500.529039/2017-06**

---

Torna-se público, para conhecimento dos interessados, que a Agência Nacional de Transportes Terrestres, por meio da Gerência de Licitações e Contratos, sediada no Setor de Clubes Esportivos Sul Trecho 3 - Lote 10 - Projeto Orla, Pólo 8, Bloco A - 2º Andar - Gerência de Licitações e Contratos - Brasília - DF - CEP 70.200-003, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, **do tipo menor preço**, sob o regime de empreitada por preço unitário, nos termos da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 5.450, de 31 de maio de 2005, do Decreto 2.271, de 7 de julho de 1997, da Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 5, de 25 de maio de 2017, e nº 02, de 11 de outubro de 2010, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, do Decreto nº 8.538, de 06 de outubro de 2015, aplicando-se, subsidiariamente, a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e as exigências estabelecidas neste Edital.

Data da sessão: 25/01/2018

Horário: 10:00 horas

Local: Portal de Compras do Governo Federal - [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br)

## **1. DO OBJETO**

1.1. O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para a contratação de empresa especializada para fornecimento de jornais e revistas à Agência Nacional de Transportes Terrestres, em Brasília/DF, de segunda-feira a domingo (inclusive feriados), bem como acesso à matérias on-line nos sítios dos periódicos que por ventura possuam referido recurso disponível, consoante periodicidade de edição, conforme condições, quantitativos e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

## **2. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

2.1. As despesas para atender a esta licitação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União para o exercício de 2018, na classificação abaixo:

Gestão/Unidade: 39250/393001

Fonte: 250

Programa de Trabalho: 26.122.2126.2000.0001

Elemento de Despesa: 339039-01

## **3. DO CREDENCIAMENTO**

3.1. O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.

3.2. O cadastro no SICAF poderá ser iniciado no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br), com a solicitação de login e senha pelo interessado.

3.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

3.4. O uso da senha de acesso pelo licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema, ou ao órgão ou entidade responsável por esta licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

3.5. A perda da senha ou a quebra de sigilo deverá ser comunicada imediatamente ao provedor do sistema para imediato bloqueio de acesso.

#### **4. DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO**

4.1. A participação neste Pregão é exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte, cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com Credenciamento regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, conforme disposto no §3º do artigo 8º da IN SLTI/MPOG nº 2, de 2010.

4.2. Não poderão participar desta licitação os interessados:

4.2.1. proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;

4.2.2. que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666, de 1993;

4.2.3. que estejam sob falência, em recuperação judicial ou extrajudicial, concurso de credores, concordata ou insolvência, em processo de dissolução ou liquidação, salvo o disposto nos subitens 8.5.1.1 e 8.5.1.2 deste Edital;

4.2.4. entidades empresariais que estejam reunidas em consórcio.

4.3. Será permitida a participação de cooperativas, desde que apresentem modelo de gestão operacional adequado ao objeto desta licitação, com compartilhamento ou rodízio das atividades de coordenação e supervisão da execução dos serviços, e desde que os serviços contratados sejam executados obrigatoriamente pelos cooperados, vedando-se qualquer intermediação ou subcontratação.

4.4. Como condição para participação no Pregão, o licitante assinalará “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

4.4.1. que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49.

4.5. Deverá assinalar, ainda, “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

4.5.1. que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos, bem como de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no Edital;

4.5.2. que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

4.5.3. que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

4.5.4. que a proposta foi elaborada de forma independente, nos termos da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 16 de setembro de 2009;

4.5.5. que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.5.6. que os serviços são prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991;

## **5. DO ENVIO DA PROPOSTA**

5.1. O licitante deverá encaminhar a proposta por meio do sistema eletrônico até a data e horário marcados para abertura da sessão, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a fase de recebimento de propostas.

5.2. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

5.3. O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

5.4. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

5.5. Até a abertura da sessão, os licitantes poderão retirar ou substituir as propostas apresentadas.

5.6. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.6.1. Valor total do item;

5.6.2. Descrição detalhada do objeto;

5.7. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o fornecedor registrado.

5.8. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação dos serviços.

5.8.1. A CONTRATADA deverá arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, caso o previsto não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do §1º do artigo 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

5.8.2. Caso o eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos se revele superior às necessidades da contratante, a Administração deverá efetuar o pagamento seguindo estritamente as regras contratuais de faturamento dos serviços demandados e executados, concomitantemente com a realização, se necessário e cabível, de adequação contratual do quantitativo necessário, com base na alínea “b” do inciso I do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, nos termos do art. 63, §2º da IN 5/2017.

5.9. Em se tratando de Microempreendedor Individual – MEI, o licitante deverá incluir, no campo das condições da proposta do sistema eletrônico, o valor

correspondente à contribuição prevista no art. 18-B da Lei Complementar n. 123, de 2006.

5.10. Quando se tratar de cooperativa de serviço, o licitante preencherá, no campo condições da proposta do sistema eletrônico, o valor correspondente ao percentual de que trata o art. 22, inciso IV, da Lei nº 8.212, de 24.07.91, com a redação da Lei nº 9.876, de 26.11.99, também referido no art. 72 da Instrução Normativa/RFB Nº 971, de 13 de novembro de 2009 (DOU 17.11.2009).

5.11. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

## **6. DA FORMULAÇÃO DOS LANCES E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS**

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis, ilegalidades, ou não apresentem especificações técnicas contidas no Termo de Referência.

6.2.1. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

6.2.2. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

6.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

6.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

6.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.5.1. O lance deverá ser ofertado pelo valor total do item.

6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

6.7. O licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.7.1. O intervalo entre os lances enviados pelo mesmo licitante não poderá ser inferior a vinte (20) segundos e o intervalo entre lances não poderá ser inferior a três (3) segundos.

6.8. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.9. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.10. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.11. Se a desconexão perdurar por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa do Pregoeiro aos participantes.

6.12. O critério de julgamento adotado será o menor preço, conforme definido neste Edital e seus anexos.

6.13. A etapa de lances da sessão pública será encerrada por decisão do Pregoeiro. O sistema eletrônico encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá período de tempo de até 30 (trinta) minutos, aleatoriamente determinado pelo sistema, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

6.14. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta e, na hipótese de desistência de apresentar outros lances, valerá o último lance por ele ofertado, para efeito de ordenação das propostas.

6.15. Só se aplica o sorteio quando houver empate entre as propostas e ausência de lances. Lances equivalentes não serão considerados iguais, vez que a ordem de apresentação pelos licitantes é utilizada como um dos critérios de classificação.

## **7. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA.**

7.1. Encerrada a etapa de lances e depois da verificação de possível empate, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto ao preço, a sua exequibilidade, bem como quanto ao cumprimento das especificações do objeto.

7.2. Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, nos termos do item 9.1 do Anexo VII-A da In SEGES/MPDG n. 5/2017, que:

7.2.1. contenha vício insanável ou ilegalidade;

7.2.2. não apresente as especificações técnicas exigidas pelo Termo de Referência;

7.2.3. apresentar preço final superior ao preço máximo fixado, ou que apresentar preço manifestamente inexequível;

7.2.3.1. Considera-se inexequível a proposta de preços ou menor lance que:

7.2.3.1.1. comprovadamente, for insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

7.2.3.1.2. apresentar um ou mais valores da planilha de custo que sejam inferiores àqueles fixados em instrumentos de caráter normativo obrigatório, tais como leis, medidas provisórias e convenções coletivas de trabalho vigentes.

7.3. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, na forma do § 3º do artigo 43 da Lei nº 8.666, de 1993, a exemplo das enumeradas no item 9.4 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5, de 2017, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

7.4. Quando o licitante apresentar preço final inferior a 30% (trinta por cento) da média dos preços ofertados para o mesmo item, não sendo possível a sua imediata

desclassificação por inexequibilidade, será obrigatória a realização de diligências para o exame da proposta.

7.5. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.

7.6. O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital, por meio de funcionalidade disponível no sistema estabelecendo no “chat” prazo mínimo de 02 (duas) horas, sob pena de não aceitação da proposta.

7.6.1. O prazo estabelecido pelo Pregoeiro poderá ser prorrogado por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo estabelecido, e formalmente aceita pelo Pregoeiro.

7.6.2. Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se as planilhas de custo readequadas com o valor final ofertado.

7.6.3. Todos os dados informados pelo licitante em sua planilha deverão refletir com fidelidade os custos especificados e a margem de lucro pretendida.

7.6.4. O Pregoeiro analisará a compatibilidade dos preços unitários apresentados na Planilha de Custos e Formação de Preços com aqueles praticados no mercado em relação aos insumos e também quanto aos salários das categorias envolvidas na contratação;

7.6.5. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo licitante, no prazo indicado pelo Pregoeiro, desde que não haja majoração do preço proposto.

7.6.5.1. Considera-se erro no preenchimento da planilha a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, exceto para atividades de prestação de serviços previstas nos §§5º-B a 5º-E, do artigo 18, da LC 123, de 2006.

7.7. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

7.8. Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

7.9. O Pregoeiro poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

7.9.1. Também nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

7.9.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.10. Sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

## 8. DA HABILITAÇÃO

8.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

8.1.1 SICAF;

8.1.2 Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União ([www.portaldatransparencia.gov.br/ceis](http://www.portaldatransparencia.gov.br/ceis));

8.1.3 Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça ([www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php)).

8.1.4 Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU;

8.1.5 A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

8.1.6 Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

8.2. Os licitantes deverão apresentar a seguinte documentação relativa à Habilitação Jurídica, à Regularidade Fiscal e Trabalhista, e à Qualificação Econômico-Financeira nas condições seguintes:

### 8.3. Habilitação jurídica:

8.3.1. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.3.2. Em se tratando de Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, na forma da Resolução CGSIM nº 16, de 2009, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio [www.portaldoempreendedor.gov.br](http://www.portaldoempreendedor.gov.br);

8.3.3. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

8.3.4. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

8.3.5. No caso de microempresa ou empresa de pequeno porte: certidão expedida pela Junta Comercial ou pelo Registro Civil das Pessoas Jurídicas, conforme o caso, que comprove a condição de microempresa ou empresa de pequeno porte, como determinado pelo Departamento Nacional de Registro do Comércio -DNRC;

8.3.6. No caso de sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da



respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;

8.3.7. Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

8.3.8. No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;

8.3.9. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

#### **8.4. Regularidade fiscal e trabalhista:**

8.4.1. prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.4.2. prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.4.3. prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.4.4. prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.4.5. prova de inscrição no cadastro de contribuintes municipal, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.4.6. prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.4.7. caso o licitante seja considerado isento dos tributos municipais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, ou outra equivalente, na forma da lei;

8.4.8. caso o licitante detentor do menor preço seja microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa, deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

#### **8.5. Qualificação econômico-financeira:**

8.5.1. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;

8.5.1.1. Caso seja positiva a certidão de recuperação judicial ou extrajudicial, o pregoeiro exigirá que a licitante apresente a comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente, na forma do art. 58 da Lei nº 11.101, de 09 de fevereiro de 2005, sob pena de inabilitação;

8.5.1.2. A licitante em recuperação judicial ou extrajudicial, com plano de recuperação judicialmente acolhido, deverá, ainda assim, comprovar todos os demais requisitos de qualificação econômico-financeira previstos neste Edital.

8.5.2. balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

8.5.2.1. No caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade;

8.5.3. comprovação da boa situação financeira da empresa mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), resultantes da aplicação das fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

8.5.4. As empresas, cadastradas ou não no SICAF, que apresentarem resultado inferior ou igual a 1(um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverão comprovar patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação ou do item pertinente.

8.6. A comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, da qualificação econômico-financeira e da habilitação jurídica, conforme o caso, poderá ser substituída pela consulta ao SICAF, nos casos em que a empresa estiver habilitada no referido sistema, conforme o disposto nos arts. 4º, caput, 8º, § 3º, 13 a 18 e 43, III, da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 11.10.10.

8.6.1. Também poderão ser consultados os sítios oficiais emissores de certidões, especialmente quando o licitante esteja com alguma documentação vencida junto ao SICAF.

8.6.2. Caso o Pregoeiro não logre êxito em obter a certidão correspondente através do sítio oficial, ou na hipótese de se encontrar vencida no referido sistema, o licitante será convocado a encaminhar, no prazo de 02 (duas) horas, documento válido que comprove o atendimento das exigências deste Edital, sob pena de inabilitação, ressalvado o disposto quanto à comprovação da regularidade fiscal das licitantes qualificadas como microempresas ou empresas de pequeno porte, conforme estatui o art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

8.7. As empresas, cadastradas ou não no SICAF, deverão comprovar, ainda, a qualificação técnica, por meio de:

8.7.1. Comprovação de aptidão para a prestação dos serviços em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, mediante a apresentação de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

8.7.1.1. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente;

8.7.1.2. Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior, conforme item 10.8 da IN SEGES/MPDG n. 5, de 2017;

8.7.1.3. Poderá ser admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo do serviço, a apresentação de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação, nos termos do item 10.9 do Anexo VII-A da IN SEGES/MPDG n. 5/2017;

8.7.1.4. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços, consoante o disposto no item 10.10 do Anexo VII-A da IN SEGES/MPDG n. 5/2017.

8.8. Em relação às licitantes cooperativas será, ainda, exigida a seguinte documentação:

8.8.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764 de 1971;

8.8.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

8.8.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

8.8.4. O registro previsto na Lei n. 5.764/71, art. 107;

8.8.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato; e

8.8.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação.

8.8.7. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764/71 ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

8.9. O licitante enquadrado como Microempreendedor Individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado (a) da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal e (b) da apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício.

8.10. Os documentos exigidos para habilitação relacionados nos subitens acima, deverão ser apresentados em meio digital pelos licitantes, por meio de funcionalidade presente no sistema (upload), no prazo de 02 (duas) horas, após solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico. Somente mediante autorização do Pregoeiro e em caso de indisponibilidade do sistema, será aceito o envio da documentação por meio do e-mail editais@antt.gov.br. Posteriormente, os documentos serão remetidos em original, por qualquer processo de cópia reprográfica, autenticada por tabelião de notas, ou por servidor da Administração, desde que conferidos com o original, ou publicação em órgão da imprensa oficial, para análise, no prazo de 02 (dois) dias, após encerrado o prazo para o encaminhamento via funcionalidade do sistema (upload) ou e-mail.

8.10.1. Não serão aceitos documentos com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

8.11. A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.

8.11.1. A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.

8.12. Constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal, o licitante vencedor será convocado para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

8.13. A não-regularização fiscal no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, com a reabertura da sessão pública.

8.14. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

8.15. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, deixar de apresentar quaisquer dos documentos exigidos para a habilitação, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

8.16. Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.

## **9. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA**

9.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

9.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

9.1.2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

9.2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

9.2.1. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico (“chat”), e-mail, ou, ainda, fac-símile, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

9.2.2. A convocação feita por e-mail ou fac-símile dar-se-á de acordo com os dados contidos no SICAF, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

## **10. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA**

10.1. A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de 02 (duas) horas, a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico e deverá:

10.1.1. ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.

10.1.2. apresentar a planilha de custos e formação de preços, devidamente ajustada ao lance vencedor, em conformidade com o modelo anexo a este instrumento convocatório.

10.1.3 conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.

10.2. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à CONTRATADA, se for o caso.

10.2.1. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a CONTRATADA.

## **11. DOS RECURSOS**

11.1. Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal de microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa, se for o caso, será concedido o prazo de no mínimo trinta minutos, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.

11.2. Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

11.2.1. Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

11.2.2. A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.

11.2.3. Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de três dias para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros três dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.3. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.4. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

## **12. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO**

12.1. O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do Pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

12.2. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

## **13. DO TERMO DE CONTRATO**

13.1. Após a homologação da licitação, o adjudicatário terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

13.2. O Contrato terá vigência a partir de sua assinatura até o dia 31 de dezembro de 2018.

13.3. Previamente à contratação, a Administração realizará consulta “on line” ao SICAF, bem como ao Cadastro Informativo de Créditos não Quitados – CADIN, cujos resultados serão anexados aos autos do processo.

13.3.1. Na hipótese de irregularidade do registro no SICAF, o contratado deverá regularizar a sua situação perante o cadastro no prazo de até 05 (cinco) dias, sob pena de aplicação das penalidades previstas no edital e anexos.

13.4. Alternativamente à convocação para comparecer perante a ANTT para a assinatura do Termo de Contrato, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado no prazo de 5 (cinco) dias, a contar da data de seu recebimento.

13.5. O prazo previsto para assinatura poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

## **14. DO REAJUSTE**

14.1. O preço é fixo e irreajustável.

## **15. DA ENTREGA E DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO**

15.1. Os critérios de recebimento e aceitação do objeto e de fiscalização estão previstos no Termo de Referência.

## **16. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA**

16.1. As obrigações da CONTRATANTE e da CONTRATADA são as estabelecidas no Termo de Referência.

## **17. DO PAGAMENTO**

17.1. O pagamento será efetuado pela CONTRATANTE no prazo de 10 (dez) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura.

17.2. A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento provisório e definitivo do serviço, nos seguintes termos:

17.3. No prazo de até 5 dias corridos do adimplemento da parcela, a CONTRATADA deverá entregar toda a documentação comprobatória do cumprimento da obrigação contratual;

17.4. No prazo de até 10 dias corridos a partir do recebimento dos documentos da CONTRATADA, o fiscal técnico deverá elaborar Relatório Circunstanciado em consonância com suas atribuições, e encaminhá-lo ao gestor do contrato.

17.5. No mesmo prazo, o fiscal ou equipe de fiscalização deverá elaborar Relatório Circunstanciado em consonância com suas atribuições e encaminhá-lo ao gestor do contrato.

17.6. Em existindo fiscal setorial, este deverá elaborar Relatório Circunstanciado em consonância com suas atribuições, no mesmo prazo.

17.7. No prazo de até 10 (dez) dias corridos a partir do recebimento dos relatórios mencionados acima, o Gestor do Contrato deverá providenciar o recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços, obedecendo as seguintes diretrizes:

17.8. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização técnica, setorial, e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

17.9. Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

17.10. Comunicar a CONTRATADA para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

17.11. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

17.12. O pagamento somente será autorizado depois de efetuado o “atesto” pelo servidor competente, devidamente acompanhada das comprovações mencionadas no item 2 do Anexo XI da IN SEGES/MPDG n. 5/2017.

17.13. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

17.14. Antes de cada pagamento à CONTRATADA, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

17.15. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da CONTRATADA, será providenciada sua advertência, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da CONTRATANTE.

17.16. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a CONTRATANTE deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da CONTRATADA, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

17.17. Persistindo a irregularidade, a CONTRATANTE deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à CONTRATADA a ampla defesa.

17.18. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a CONTRATADA não regularize sua situação junto ao SICAF.

17.19. Somente por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da CONTRATANTE, não será rescindido o contrato em execução com a CONTRATADA inadimplente no SICAF.

17.20. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, nos termos do item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MPDG n. 5/2017, quando couber:

17.20.1. A CONTRATADA regularmente optante pelo Simples Nacional, exclusivamente para as atividades de prestação de serviços previstas no §5º-C, do artigo 18, da LC 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime, observando-se as exceções nele previstas. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

17.21. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \quad I = \frac{(6 / 100)}{365} \quad I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%

## **18. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.**

18.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, o licitante/adjudicatário que:

18.1.1. não assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;

18.1.2. apresentar documentação falsa;

18.1.3. deixar de entregar os documentos exigidos no certame;

18.1.4. ensejar o retardamento da execução do objeto;

18.1.5. não mantiver a proposta;

18.1.6. cometer fraude fiscal;

18.1.7. comportar-se de modo inidôneo;

18.2. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

18.3. O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem anterior ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

18.3.1. multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado do(s) lote(s) prejudicado(s) pela conduta do licitante;

18.3.2. impedimento de licitar e de contratar com a União e descredenciamento no SICAF, pelo prazo de até cinco anos, conforme



Regulamento aprovado pela Deliberação nº 253, de 02/08/2006, Anexo III deste Edital;

18.4. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com a sanção de impedimento.

18.5. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

18.6. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

18.7. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

18.8. As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas no Termo de Referência.

## **19. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**

19.1. Até 02 (dois) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital.

19.2. A impugnação poderá ser realizada por forma eletrônica, pelo e-mail editais@antt.gov.br, ou por petição dirigida ou protocolada no endereço Setor de Clubes Esportivos Sul Trecho 3 - Lote 10 - Projeto Orla, Pólo 8, Bloco A – 2º Andar - Gerência de Licitações e Contratos - Brasília – DF.

19.3. Caberá ao Pregoeiro decidir sobre a impugnação no prazo de até vinte e quatro horas.

19.4. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

19.5. Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, até 03 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet, no endereço indicado no Edital.

19.6. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

19.7. As respostas às impugnações e os esclarecimentos prestados pelo Pregoeiro serão entranhados nos autos do processo licitatório e estarão disponíveis para consulta por qualquer interessado.

## **20. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

20.1. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

20.2. No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

20.3. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

20.4. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

20.5. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

20.6. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

20.7. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

20.8. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

20.9. O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico [www.antt.gov.br](http://www.antt.gov.br), e também poderão ser lidos e/ou obtidos no endereço Setor de Clubes Esportivos Sul Trecho 3 - Lote 10 - Projeto Orla, Pólo 8, Bloco A – 2º Andar - Gerência de Licitações e Contratos - Brasília – DF, nos dias úteis, no horário das 08:00 horas às 17:00 horas, mesmo endereço e período no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.

20.10. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

20.10.1. Anexo I Termo de Referência;

20.10.2. Anexo II Planilha de Preços;

20.10.3. Anexo III Regulamento para aplicação da penalidade de Impedimento de Licitar e Contratar com a União no Âmbito da ANTT;

20.10.4. Anexo IV Minuta do Termo de Contrato.

Brasília, 12 de janeiro de 2018

Adão Cabral Formiga  
Pregoeiro

## ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

### 1 OBJETO

1.1 O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para a contratação de empresa especializada para fornecimento de jornais e revistas à Agência Nacional de Transportes Terrestres, em Brasília/DF, de segunda-feira a domingo (inclusive feriados), bem como acesso à matérias on-line nos sítios dos periódicos que por ventura possuam referido recurso disponível, consoante periodicidade de edição, conforme condições, quantitativos e exigências estabelecidas neste Termo de Referência.

**Tabela 1. Periódicos a serem fornecidos.**

ITEM	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO
<b>JORNAIS DE SEGUNDA-FEIRA A SEXTA-FEIRA</b>	
1	Correio Braziliense
2	Jornal de Brasília
3	O Globo
4	Folha de São Paulo
5	Estado de São Paulo
6	Valor Econômico
7	Zero Hora
<b>JORNAIS DE SÁBADO, DOMINGO E FERIADO</b>	
8	Correio Braziliense
9	Jornal de Brasília
10	O Globo
11	Folha de São Paulo
12	Estado de São Paulo
<b>REVISTAS SEMANAL</b>	
13	Veja
14	Isto é
15	Época
16	Carta Capital
17	Isto é Dinheiro
<b>REVISTA QUINZENAL</b>	
18	Exame
<b>REVISTA SEMANAL</b>	
19	Época Negócios

### 2 JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1 A contratação visa a atender a demanda existente por periódicos, jornais e revistas, atualmente suprida por meio do Contrato nº 003/2017 até 31/12/2017. A fim de evitar uma descontinuidade no fornecimento que atende a diversas unidades organizacionais, propõe-se a nova contratação.

2.2 Os materiais que serão adquiridos por meio desta contratação enquadram-se no conceito de bem comum, pois seus padrões de desempenho e qualidade

podem ser objetivamente definidos no edital por meio de especificações usuais de mercado e a escolha do licitante vencedor será feita exclusivamente com base no menor preço ofertado.

2.3 Consoante o leque de atribuições conferidas em seu regimento interno, a Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT necessita de informações pontuais se valendo dos veículos de mídia informados nos quantitativos abaixo, uma vez que a atuação no campo regulador e fiscalizador traz consigo atualização periódica de temáticas relativas ao setor. Sendo assim, informações acerca da economia, política, e assuntos em geral, em escala nacional e internacional, são imprescindíveis para o bom desempenho das atividades finalísticas da Agência.

2.4 O fornecimento de jornais e revistas é um serviço incluso anualmente no Planejamento Orçamentário para o exercício financeiro corrente, sendo assim, a cada exercício financeiro é prevista a contratação do serviço, fazendo parte dos planos do Órgão.

2.5 O quantitativo informado nas tabelas 1, 2 e 3 é o montante que deverá ser fornecido pelo contrato de 2018:

**Tabela 2: Jornais de segundas-feiras a sextas-feiras:**

JORNAIS	SEG / SEXTA QTD DIÁRIA
Correio Braziliense	10
Jornal de Brasília	03
O Globo	08
Folha de São Paulo	10
Estado de São Paulo	06
Valor Econômico	10
Zero Hora	01
<b>TOTAL</b>	<b>48</b>

**Tabela 3: Jornais de sábados, domingos e feriados:**

JORNAIS	SÁBADOS, DOMINGOS E FERIADOS QTD DIÁRIA
Correio Braziliense	1
Jornal de Brasília	1
O Globo	1
Folha de São Paulo	1
Estado de São Paulo	1
<b>TOTAL</b>	<b>5</b>

**Tabela 4: Revistas:**

REVISTAS	SEMANAL
VEJA	09
ISTO É	09
ÉPOCA	06
CARTA CAPITAL	03
ISTO É DINHEIRO	02
EXAME	04 (REVISTA QUINZENAL)
ÉPOCA NEGÓCIOS	02 (REVISTA MENSAL)

2.6 Os valores contidos nas tabelas 1, 2 e 3, referentes a quantidade de periódicos a serem fornecidos pela contratação, foram obtidos a partir de uma pequena redução dos quantitativos da contratação anterior, sem prejuízo no atendimento às unidades organizacionais.

2.7 Visto que há escassez de recursos orçamentários e que os valores apresentados na Formalização de Demanda e no Estudo Preliminar atendem a realidade desta Agência, este CEDOC/GAB entende que os valores podem ser fielmente fornecidos sem acréscimos.

2.8 Esta contratação observará, no que couber, as regras e diretrizes da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1/2010, que dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental.

### **3 DA CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS**

3.1 Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 2.271/97, constituindo-se em atividades materiais acessórias, instrumentais ou complementares à área de competência legal do órgão licitante, não inerentes às categorias funcionais abrangidas por seu respectivo plano de cargos.

3.2 A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

3.3 Os materiais em questão classificam-se como bens comuns nos termos do parágrafo único, do art. 1º, da Lei 10.520, de 2002, por apresentarem padrões de qualidade e desempenho definidos objetivamente neste Termo de Referência, por meio de especificações usuais do mercado

### **4 FORMA DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS**

4.1 Os serviços serão executados conforme discriminado abaixo:

4.1.1 O Jornais deverão ser entregues, diariamente, e as revistas, semanalmente, no Setor de Clubes Esportivos Sul – Polo 8 – Projeto Orla – Trecho 3 – Lote 10 – Brasília/DF – Protocolo Geral – Bloco “A” 1º Subsolo.

4.1.1.1 Os jornais das edições dos finais de semana deverão ser entregues na segunda-feira subsequente, no mesmo endereço.

4.1.1.2 Os periódicos que, ocasionalmente, serão fornecidos em feriados, serão entregues no dia útil seguinte, no mesmo endereço.

4.1.2 O prazo para início do fornecimento será de 24 (vinte e quatro) horas a partir da data de assinatura do Contrato.

4.1.3 Preferencialmente, os periódicos deverão ser entregues no período da manhã, sendo justificado qualquer imprevisto que ocasione em atraso no fornecimento.

4.1.4 Serão conferidos, pelo Protocolo Geral/CEDOC da ANTT, os quantitativos fornecidos diariamente, comunicando a empresa fornecedora os periódicos que porventura não forem disponibilizados.

4.1.4.1 Em caso de não fornecimento parcial ou total, de qualquer periódico previsto no Contrato, a empresa deverá posicionar-se imediatamente quanto à previsão dos jornais ou revistas, não sendo descartada sanção administrativa prevista em Contrato.

## **5 INFORMAÇÕES RELEVANTES PARA O DIMENSIONAMENTO DA PROPOSTA**

5.1 A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

5.1.1 Suprir a necessidade de informações relativas ao setor regulatório, econômico e de fiscalização para a consecução dos planos estratégicos.

5.1.2 Colaborar para a Visão estratégica da ANTT, sendo referência na regulação, promovendo a harmonização do setor e garantindo a excelência dos serviços de transporte terrestre.

5.1.3 Aprimorar o corpo técnico da Agência, valendo-se de informações de veículos de mídia com grande relevância pública, mitigando chances de assimetrias de informações na realização de atividade.

## **6 METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS**

6.1 A contratação de empresa especializada no fornecimento de jornais e revistas será avaliada de forma qualitativa e quantitativa.

6.1.1 Quanto ao aspecto qualitativo, foi elaborado tabela de avaliação, anexo II deste Termo de Referência, que aferirá e documentará o desempenho do objeto tema deste Documento.

a) O desempenho em desconformidade com os moldes aceitáveis para a boa execução do contrato, acarretará na aplicabilidade de sanções previstas legalmente.

6.2 Quanto ao aspecto quantitativo, será avaliado o fornecimento nas quantidades previstas neste Termo de Referência e nos documentos anteriores que materializam a necessidade da contratação.

a) Conforme item 4.1.4 deste Termo, a responsabilidade pela conferência será do Protocolo Geral/CEDOC da ANTT, não eximindo a contratada de conferência previa visando a boa execução do fornecimento.

## **7 REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

### **7.1 OBRIGAÇÕES DA ANTT**

7.1.1 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua propostas;

7.1.2 Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dias, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

7.1.3 Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução do objeto, fixando o prazo para a sua correção;

7.1.4 Pagar a Contratada o valor resultante da execução do objeto, no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

7.1.5 Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura fornecida pela Contratada, no que couber, em conformidade com o item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP nº 5/2017.

## 7.2 OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

7.2.1 Executar o objeto conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade especificadas neste Termo de Referência;

7.2.2 Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

7.2.3 Manter o empregado nos horários predeterminados pela Administração;

7.2.4 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;

7.2.5 Utilizar empregados habilitados e com conhecimento básico dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;

7.2.6 Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão Contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, 2010;

7.2.7 Apresentar os empregados devidamente uniformizados e identificados por meio de crachá, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual –EPI, quando for o caso;

7.2.8 Apresentar à Contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que atenderão o órgão par a execução do serviço;

7.2.9 Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja a inadimplência não transfere responsabilidade à Contratante;

7.2.10 Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração;

7.2.11 Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a Contratada relatar à Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;

7.2.12 Relatar à Contratante toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da execução dos serviços;

7.2.13 Não permitir a utilização de qualquer trabalho de menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

7.2.14 Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

7.2.15 Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do

cumprimento do contrato;

7.2.16 Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

### **7.3 CLASSIFICAÇÃO DOS BENS**

7.3.1 Os materiais em questão classificam-se como bens comuns nos termos do parágrafo único, do art. 1º, da Lei 10.520, de 2002, por apresentarem padrões de qualidade e desempenho definidos objetivamente neste Estudo Técnico Preliminar, por meio de especificações usuais do mercado.

### **7.4 SUSTENTABILIDADE**

7.4.1 Esta contratação observará, no que couber, as regras e diretrizes da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1/2010, que dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental.

### **7.5 DURAÇÃO CONTRATUAL**

7.5.1 O prazo de vigência do contrato será contado a partir da data de sua assinatura até 31 de dezembro de 2018.

7.5.2 O prazo para início do fornecimento será de até 24 (vinte e quatro) horas a partir da data da assinatura do contrato.

7.5.3 Tendo em vista a previsão contida no orçamento anual elaborado por este CEDOC/GAB e a natureza dos serviços contratados, segundo amparo legal e histórico contratual relativo ao mesmo objeto, os prazos estipulados nos itens anteriores atenderão as necessidades elencadas no item 2 do Estudo Preliminar.

### **7.6 SOLUÇÃO DE MERCADO**

7.6.1 Conforme exposto na descrição do objeto constante no item 8 do Estudo Preliminar, foram angariadas as informações listadas a seguir, com o auxílio do sítio Painel de Preços, do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, e o histórico de contratação do mesmo objeto na Agência.

7.7 O Anexo I contido no Estudo Preliminar foi retirado do sítio Painel de Preços e constam as empresas do item B1, B2 e B3.

7.8 A licitante deverá declarar a ciência das condições necessárias para o atendimento do fornecimento do objeto neste presente Termo de Referência, valendo-se dos documentos legais exigidos na Lei 8.666 de 21 de junho de 1993.

## **8 GESTÃO DO CONTRATO, CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO**

### **8.1 GESTÃO CONTRATUAL**

8.1.1 A Gestão Contratual do objeto relativo a este Termo de Referência, se dará por meio das seguintes Unidades Organizacionais:

- a) Gerência de Licitações e Contratos – GELIC;
- b) Gerência de Finanças e Contabilidade – GEFIN;
- c) Centro de Documentação – CEDOC/GAB.

8.1.2 Havendo a necessidade de comunicação entre a ANTT e empresa



contratada para o fornecimento de jornais e revistas, o contato será realizado formalmente, por meio de correio eletrônico, ou via telefone no (s) número (s) disponibilizado (s) pelo fornecedor.

## **8.2 CRITERIOS PARA MEDIÇÃO**

8.2.1 O fornecimento de jornais e revistas engloba diversos periódicos disponibilizados diariamente, dentre eles estão jornais, revistas semanais, revistas quinzenais e revistas mensais, bem como os acessos online dos periódicos que são possíveis.

8.2.2 Conforme anexo I, contido neste Termo de Referência, o pagamento será proporcional ao fornecimento mensal.

8.2.2.1 A tabela de Estimativa de Preço, contida no Item 7 do Estudo Preliminar, faz uma previsão anual dos quantitativos e dos valores que foram encontrados por meio das pesquisas no site Painel de Preços. Logo, a unidade de medida que se encontra como "Anual", porém o pagamento será feito mensalmente conforme item 8.2.2 deste Termo.

## **8.3 PAGAMENTO**

8.3.1 O pagamento será efetuado pela CONTRATANTE no prazo de 10 (dez) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura.

8.3.2 A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento provisório e definitivo do serviço, nos seguintes termos:

8.3.3 No prazo de até 5 dias corridos do adimplemento da parcela, a CONTRATADA deverá entregar toda a documentação comprobatória do cumprimento da obrigação contratual;

8.3.4 No prazo de até 10 dias corridos a partir do recebimento dos documentos da CONTRATADA, o fiscal técnico deverá elaborar Relatório Circunstanciado em consonância com suas atribuições, e encaminhá-lo ao gestor do contrato.

8.3.5 No mesmo prazo, o fiscal ou equipe de fiscalização deverá elaborar Relatório Circunstanciado em consonância com suas atribuições e encaminhá-lo ao gestor do contrato.

8.3.6 Em existindo fiscal setorial, este deverá elaborar Relatório Circunstanciado em consonância com suas atribuições, no mesmo prazo.

8.3.7 No prazo de até 10 (dez) dias corridos a partir do recebimento dos relatórios mencionados acima, o Gestor do Contrato deverá providenciar o recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços, obedecendo as seguintes diretrizes:

8.3.8 Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização técnica, setorial, e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

8.3.9 Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

8.3.10 Comunicar a CONTRATADA para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

8.3.11 Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

8.3.12 O pagamento somente será autorizado depois de efetuado o “atesto” pelo servidor competente, devidamente acompanhada das comprovações mencionadas no item 2 do Anexo XI da IN SEGES/MPDG n. 5/2017.

8.3.13 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.3.14 Antes de cada pagamento à CONTRATADA, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

8.3.15 Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da CONTRATADA, será providenciada sua advertência, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da CONTRATANTE.

8.3.16 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a CONTRATANTE deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da CONTRATADA, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.3.17 Persistindo a irregularidade, a CONTRATANTE deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à CONTRATADA a ampla defesa.

8.3.18 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a CONTRATADA não regularize sua situação junto ao SICAF.

8.3.19 Somente por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da CONTRATANTE, não será rescindido o contrato em execução com a CONTRATADA inadimplente no SICAF.

8.3.20 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, nos termos do item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MPDG n. 5/2017, quando couber:

8.3.20.1 A CONTRATADA regularmente optante pelo Simples Nacional, exclusivamente para as atividades de prestação de serviços previstas no §5º-C, do artigo 18, da LC 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime, observando-se as exceções nele previstas. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

8.3.21 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$ , sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \quad I = \frac{(6 / 100)}{365} \quad I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%

## 8.4 INDICADORES DE DESEMPENHO

8.4.20 Conforme previsto na Instrução Normativa nº05, de 25 de maio de 2017, em seu Art. 39, *caput*, as atividades de gestão têm por objetivo aferir o cumprimento dos resultados previstos pela Administração para os serviços contratados e as demais previsões ajustadas entre as partes.

8.4.21 Analisando o escopo do objeto, considerando a complexidade do presente contrato, este CEDOC/GAB elaborou a tabela de avaliação de desempenho dos serviços contratados, em anexo, contendo os indicadores mínimos de desempenho visando atender a Instrução Normativa.

8.4.22 Os indicadores apresentados serão avaliados subjetivamente, logo, o não atendimento satisfatório acarretará em sanções previstas em contrato, conforme trazido no *caput* do Art. 39, da referida Instrução.

## 9 INÍCIO DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

9.3 O prazo para início do fornecimento será de até 24 horas (vinte e quatro) horas a partir da data da assinatura do contrato.

9.4 O prazo de vigência do contrato será contado a partir da data de sua assinatura até 31 de dezembro de 2018.

9.5 Conforme trazido na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, em seu Art. 57, *caput*, a duração dos contratos ficará adstrita a vigência dos respectivos créditos orçamentário.

## 10 DA SUBCONTRATAÇÃO

10.3 Não será admitida a subcontratação do presente objeto licitatório.

## 11 ALTERAÇÃO SUBJETIVA

11.3 É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

## 12 CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

12.1 O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, devendo ser exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, na forma dos Arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993, e do art. 6º do Decreto nº 2.271, de 1997.

12.2 O representante da Contratante deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato.

12.3 A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência.

12.4 A execução dos contratos deverá ser acompanhada e fiscalizada por meio de instrumentos de controle, que compreendam a mensuração dos aspectos mencionados no art. 47 e no ANEXO V, item 2.6, i, ambos da IN nº 05/2017.

12.5 A fiscalização técnica dos contratos avaliará constantemente a execução do objeto e utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme modelo previsto no anexo II, ou outro instrumento substituto para aferição da qualidade da prestação dos serviços, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a CONTRATADA:

a) não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

b) deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

12.6 A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

12.7 Durante a execução do objeto, o fiscal técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.

12.8 O fiscal técnico deverá apresentar ao preposto da CONTRATADA a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

12.9 Em hipótese alguma, será admitido que a própria CONTRATADA materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

12.10 A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.

12.11 Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à CONTRATADA de acordo com as regras previstas no ato convocatório.

12.12 O fiscal técnico poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.

12.13 O fiscal técnico, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

12.14 A conformidade do material a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da CONTRATADA que contenha sua relação detalhada, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência e na proposta, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

12.15 O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.

12.16 O descumprimento total ou parcial das demais obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

12.17 A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

### **13. DO RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO**

13.1 Tendo em vista a complexidade do objeto, o valor estimado para a contratação e a natureza dos serviços, este CEDOC entende, com fulcro na Lei nº 8.666/1993, em seu Art. 74, inciso III, que será dispensado o recebimento provisório.

13.2 Os serviços poderão ser rejeitados, no todo em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigido/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidade.

13.3 Os serviços serão recebidos definitivamente em até 24 horas, a partir da assinatura do contrato, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço executado e materiais empregados, com a consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

13.3.1 Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

13.3.2 Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período mensal, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos, à Contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato (item 4 do ANEXO VIII-A da IN nº 05/2017).

13.4 O recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços, será realizado pelo gestor do contrato.

13.4.1 O gestor do contrato analisará os relatórios e toda documentação apresentada pela fiscalização técnica e, caso haja irregularidade que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicará as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à Contratada por escrito, as respectivas correções.

13.4.2 O gestor emitirá termo circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentação apresentada, e comunicará a Contratada para que emita a Nota Fiscal ou Fatura com o valor exato dimensionado pela fiscalização com base no Instrumento de Medição de Resultado (IMR), ou instrumento substituto.

13.5 O recebimento definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

## 14 DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

14.1 Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a CONTRATADA que:

14.1.1 Inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação.

14.1.2 Ensejar o retardamento da execução do objeto.

14.1.3 Falhar ou fraudar na execução do contrato.

14.1.4 Comportar-se de modo inidôneo; e

14.1.5 Cometer fraude fiscal.

14.2 Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

14.2.1 **Advertência por escrito**, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado.

14.2.2 **Multa de:**

14.2.2.1 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de

forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença.

14.2.2.2 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima ou de inexecução parcial da obrigação assumida.

14.2.2.3 0,1% (um décimo por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida.

14.2.2.4 0,2% a 3,2% por dia sobre o valor do contrato, conforme detalhamento constante das tabelas 1 e 2 abaixo; e

14.2.2.5 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a Administração CONTRATANTE a promover a rescisão do contrato.

14.2.2.6 As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

14.2.3 Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

14.2.4 Sanção de impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União, com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;

14.2.5 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

14.3 As sanções previstas nos subitens 14.2.1, 14.2.3, 14.2.4 e 14.2.5 poderão ser aplicadas à Contratada juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

14.4 Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

14.4.1 tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio doloso, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

14.4.2 tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

14.4.3 demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

14.5 As sanções de advertência e de impedimento de licitar e contratar com a União poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

14.6 Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas 1 e 2:

**Tabela 1**

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
------	-----------------

1	0,2% ao dia sobre o valor do contrato
2	0,4% ao dia sobre o valor do contrato
3	0,8% ao dia sobre o valor do contrato
4	1,6% ao dia sobre o valor do contrato
5	3,2% ao dia sobre o valor do contrato

**Tabela 2**

<b>INFRAÇÃO</b>		
<b>ITEM</b>	<b>DESCRIÇÃO</b>	<b>GRAU</b>
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou conseqüências letais, por ocorrência;	05
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento;	04
3	Servir-se de funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados, por empregado e por dia;	03
4	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por dia;	02
<b>Para os itens a seguir, deixar de:</b>		
5	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência;	02
6	Substituir empregado alocado que não atenda às necessidades do serviço, por funcionário e por dia;	01
7	Cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência;	03
8	Indicar e manter durante a execução do contrato os prepostos previstos no edital/contrato;	01
9	Providenciar treinamento para seus funcionários conforme previsto na relação de obrigações da CONTRATADA	01

14.7 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

14.8 A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

14.9 As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.



ANEXO "A"

JANEIRO 2018 - MENSURAÇÃO DE FORNECIMENTO MENSAL - MODELO

	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	QUANT	PREÇO UNITÁRIO	TOTAL
SEGUNDA A SABADO	S	T	Q	Q	S	S	D	S	T	Q	Q	S	S	D	S	T	Q	Q	S	S	D	S	T	Q	Q	S	S	D	S	T	Q	QUANT	PREÇO UNITÁRIO	TOTAL
CORREIO BRASILENSE	10	10	10	10	10	1		10	10	10	10	10	1		10	10	10	10	10	1		10	10	10	10	10	1		10	10	10	234		R\$ -
JORNAL DE BRASILIA	3	3	3	3	3			3	3	3	3	3			3	3	3	3	3			3	3	3	3	3			3	3	3	69		R\$ -
O GLOBO	8	8	8	8	8	1		8	8	8	8	8	1		8	8	8	8	8	1		8	8	8	8	8	1		8	8	8	188		R\$ -
FOLHA DE SÃO PAULO	10	10	10	10	10	1		10	10	10	10	10	1		10	10	10	10	10	1		10	10	10	10	10	1		10	10	10	234		R\$ -
ESTADO DE SÃO PAULO	6	6	6	6	6	1		6	6	6	6	6	1		6	6	6	6	6	1		6	6	6	6	6	1		6	6	6	142		R\$ -
VALOR ECONOMICO	10	10	10	10	10			10	10	10	10	10			10	10	10	10	10			10	10	10	10	10			10	10	10	230		R\$ -
ZERO HORA	1	1	1	1	1			1	1	1	1	1			1	1	1	1	1			1	1	1	1	1			1	1	1	23		R\$ -
<b>DOMINGO</b>																																		
CORREIO BRASILENSE							1							1							1							1				4		R\$ -
O GLOBO							1							1							1							1				4		R\$ -
FOLHA DE SÃO PAULO							1							1							1							1				4		R\$ -
ESTADO DE SÃO PAULO							1							1							1							1				4		R\$ -
<b>REVISTAS</b>																																		
VEJA	9							9							9							9						9				45		R\$ -
ISTO É	9							9							9							9						9				45		R\$ -
EPOCA	6							6							6							6						6				30		R\$ -
CARTA CAPITAL	3							3							3							3						3				15		R\$ -
ISTO É DINHEIRO	2							2							2							2						2				10		R\$ -
EPOCA NEGOCIO	2																															2		R\$ -
EXAME	4																					4										8		R\$ -
<b>SUBTOTAL</b>																																		R\$ -
<b>DESCONTO 0%</b>																																		
<b>TOTAL GERAL</b>																																		R\$ -

## ANEXO "B"

Tabela 5. Avaliação de desempenho dos serviços contratados.

<b>ÍNDICES DE AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO DOS SERVIÇOS</b>	<b>ESCALA</b>			
<b>Fornecimento diário</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>
A empresa responsável pelo fornecimento de jornais e revistas fornece os periódicos nas quantidades previstas no Contrato.				
<b>Assiduidade</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>
A empresa responsável pelo fornecimento de jornais e revistas atende na demanda correta, dentro do tempo estimado os periódicos.				
<b>Qualidade do Objeto</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>
Os jornais e revistas entregues à Agência chegam inviolados, não possuindo dano que atrapalhe a leitura da informação.				

### Graus de Desempenho

- 1-Abaixo das expectativas
- 2-Corresponde parcialmente as expectativas
- 3-Corresponde as expectativas
- 4-Excede as expectativas

## ANEXO “C”

### ESTUDO PRELIMINAR DA CONTRATAÇÃO

#### 1 – INTRODUÇÃO

A presente análise tem por objetivo demonstrar a viabilidade técnica e econômica da contratação de empresa especializada no fornecimento de jornais e revistas, bem como fornecer informações necessárias para subsidiar o respectivo processo.

#### 2 – NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO (art. 24, §1º, I, da IN 05/2017)

- A contratação visa a atender a demanda existente por periódicos, jornais e revistas, atualmente suprida por meio do Contrato nº 003/2017. A fim de evitar uma descontinuidade no fornecimento que atende a diversas unidades organizacionais, propõe-se a nova contratação.
- Os materiais que serão adquiridos por meio desta contratação enquadram-se no conceito de bem comum, pois seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos no edital por meio de especificações usuais de mercado e a escolha do licitante vencedor será feita exclusivamente com base no menor preço ofertado.
- Consoante o leque de atribuições conferidas em seu regimento interno, a Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT necessita de informações pontuais se valendo dos veículos de mídia informados nos quantitativos abaixo, uma vez que a atuação no campo regulador e fiscalizador traz consigo atualização periódica de temáticas relativas ao setor. Sendo assim, informações acerca da economia, política, e assuntos em geral, em escala nacional e internacional, são imprescindíveis para o bom desempenho das atividades finalísticas da Agência.
- O fornecimento de jornais e revistas é um serviço incluso anualmente no Planejamento Orçamentário para o exercício financeiro corrente, sendo assim, a cada exercício financeiro é prevista a contratação do serviço, fazendo parte dos planos do Órgão.

#### 3 – REFERÊNCIA A OUTROS INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO DA ANTT (art. 24, §1º, II, da IN 05/2017)

- O acesso a informações pontuais a respeito de temas relacionados à área regulatória, economia e outros temas nacionais e internacionais que porventura interferem de maneira contributiva para a atuação dos agentes integrantes do corpo técnico da ANTT é compatível com a visão da Agência. Logo, para tornar-se referência na regulação, esta Agência necessita está a par de veículos de mídia que abordam informações cruciais para este Órgão.
- Na área de conhecimento e inovação, no mapa estratégico da ANTT, está alocado temas como a mitigação de assimetria de informações e a garantia de atualidade tecnológica. Com isso, os periódicos disponíveis na Biblioteca para consulta de servidores e colaboradores, bem como os acessos online, servem para capacitá-los e auxiliá-los em suas atribuições.

#### 4 – REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (art. 24, §1º, III, da IN 05/2017)

##### **OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

- Cumprir fielmente as cláusulas avençadas no contrato;
- Fornecer e entregar diariamente os jornais e revistas estabelecidos, nas datas de suas expedições, nos quantitativos determinados e no local indicado pelo contratante previstos em contrato;
- Responsabilizar-se pelos danos causados, diretamente à contratante ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à fiscalização;
- Não ceder ou transferir o contrato a terceiros, ou quaisquer direitos dele decorrentes.

##### **CLASSIFICAÇÃO DOS BENS**

- Os materiais em questão classificam-se como bens comuns nos termos do parágrafo único, do art. 1º, da Lei 10.520, de 2002, por apresentarem padrões de qualidade e desempenho definidos objetivamente neste Estudo Técnico Preliminar, por meio de especificações usuais do mercado.

##### **SUSTENTABILIDADE**

- Esta contratação observará, no que couber, as regras e diretrizes da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1/2010, que dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental.

##### **DURAÇÃO CONTRATUAL**

- O prazo de vigência do contrato será contado a partir da data de sua assinatura até 31 de dezembro de 2018.
- O prazo para início do fornecimento será de até 24 (vinte e quatro) horas a partir da data da assinatura do contrato.
- Tendo em vista a previsão contida no orçamento anual elaborado por este CEDOC/GAB e a natureza dos serviços contratados, segundo amparo legal e histórico contratual relativo ao mesmo objeto, os prazos estipulados nos itens anteriores atenderão as necessidades elencadas no item 2 deste Estudo Preliminar.

##### **SOLUÇÃO DE MERCADO**

- Conforme exposto na descrição objeto constante no item 8 deste Estudo Preliminar, foram angariadas as informações listadas a seguir, com o auxílio do sítio Painel de Preços, do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, e o histórico de contratação do mesmo objeto na Agência.

5.1 – ESTIMATIVA DE QUANTIDADES (art. 24, §1º, IV, da IN 05/2017)			
ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE
<b>JORNAIS DE SEGUNDA-FEIRA A SEXTA FEIRA</b>			
01	Correio Braziliense	QTD DIÁRIA	10
02	Jornal de Brasília	QTD DIÁRIA	03
03	O Globo	QTD DIÁRIA	08
04	Folha de São Paulo	QTD DIÁRIA	10
05	Estado de São Paulo	QTD DIÁRIA	06
06	Valor Econômico	QTD DIÁRIA	10
07	Zero Hora	QTD DIÁRIA	01
<b>JORNAIS DE SÁBADO, DOMINGO E FERIADO</b>			
08	Correio Braziliense	QTD DIÁRIA	01
09	Jornal de Brasília	QTD DIÁRIA	01
10	O Globo	QTD DIÁRIA	01
11	Folha de São Paulo	QTD DIÁRIA	01
12	Estado de São Paulo	QTD DIÁRIA	01
<b>REVISTAS SEMANAL</b>			
13	Veja	QTD DIÁRIA	09
14	Isto é	QTD DIÁRIA	09
15	Época	QTD DIÁRIA	06
16	Carta Capital	QTD DIÁRIA	03
17	Isto é Dinheiro	QTD DIÁRIA	02
<b>REVISTAS QUINZENAL</b>			
18	Exame	QTD DIÁRIA	04
<b>REVISTAS MENSAL</b>			
19	Época Negócio	QTD DIÁRIA	02

5.2 – MEMÓRIA DE CÁLCULO (art. 24, §1º, IV, da IN 05/2017)	
<ul style="list-style-type: none"> <li>Os quantitativos de cada periódico constantes da planilha acima representam a distribuição entre as Unidades Organizacionais que necessitam dos jornais revistas específicas. Tais quantitativos foram reduzidos anualmente, em busca da economicidade e alcançaram patamares ideais em 2017. Dessa forma, para a presente contratação que visa ao fornecimento para o exercício de 2018, tais quantitativos serão mantidos.</li> <li>A contratação que supriu a demanda de 2017, teve os valores constantes no <b>Anexo II</b>. Os valores foram considerados para o mês de 30 dias e 22 dias úteis.</li> <li>A fornecedora que teve a proposta adjudicada à época foi a Samio Bandeira – ME, que apresentou o maior desconto percentual, ficando na faixa de 28,74%.</li> <li>Os cálculos realizados para a estimativa dos valores estão contidos no anexo II.</li> </ul>	

**6 – LEVANTAMENTO DE MERCADO E JUSTIFICATIVA DA ESCOLHA DO TIPO DE SOLUÇÃO A CONTRATAR (art. 24, §1º, V, da IN 05/2017)**

- A contratação de empresa especializada no fornecimento de jornais e revistas, objeto deste Estudo Preliminar, foi realizada pelo Senado Federal em duas oportunidades, em 11 de maio de 2017 e 10 de agosto de 2017, por meio de pregão eletrônico. Foi escolhido o tipo Menor Preço por Grupo. (**Anexo III e IV**)
- O mesmo objeto foi contratado pelo Ministério da Integração Nacional – MI, por meio do Edital do Pregão Eletrônico nº 04/2017, em 17 de maio de 2017. O Tipo da Licitação foi Menor Preço, obtido pelo critério de Menor Preço por item. (**Anexo V**)
- No primeiro item, a proposta foi avaliada pelo critério de Menor Preço por Grupo. Já no segundo, Menor Preço por item. Embora haja essa diferença nos termos utilizados no instrumento convocatório para os três Pregões, cabe ressaltar que foi apenas por organização quanto a forma de trazer os itens do procedimento. Aquele definiu como grupo o objeto, este definiu por itens.

**7 – ESTIMATIVA DE PREÇOS OU PREÇOS REFERENCIAIS (art. 24, §1º, VI, da IN 05/2017)**

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QTD	VALOR UNITÁRIO DE REFERÊNCIA (R\$)	VALOR TOTAL DE REFERÊNCIA (R\$)	FONTE
<b>JORNAIS – SEG A SEX</b>						
01	Correio Braziliense	anual	2500	2,50	6.250,00	
02	Jornal de Brasília	Anual	750	1,00	750,00	
03	O Globo	Anual	2000	4,75	9.500,00	
04	Folha de São Paulo	Anual	2500	4,50	11.250,00	
05	Estado de São Paulo	Anual	1500	4,50	6.750,00	
06	Valor Econômico	Anual	2500	5,00	12.500,00	
07	Zero Hora	Anual	250	5,00	1.250,00	
<b>JORNAIS SÁBADO</b>						
08	Correio Braziliense	Anual	52	2,50	130,00	
09	O Globo	Anual	52	4,75	247,00	
10	Folha de São Paulo	Anual	52	4,50	234,00	
11	Estado de São Paulo	Anual	52	4,50	234,00	
<b>JORNAIS – DOMINGO</b>						
12	Correio Braziliense	Anual	52	4,00	208,00	
13	O Globo	Anual	52	7,00	364,00	
14	Folha de São Paulo	Anual	52	7,00	364,00	
15	Estado de São Paulo	Anual	52	7,00	364,00	

<b>JORNAIS – FERIADO</b>						
16	Correio Braziliense	Anual	11	2,50	27,50	
17	Jornal de Brasília	Anual	11	1,00	11,00	
18	O Globo	Anual	11	4,75	52,25	
19	Folha de São Paulo	Anual	11	4,50	49,50	
20	Estado de São Paulo	Anual	11	4,50	49,50	
<b>REVISTAS</b>						
	Veja	Anual	468	14,75	6.903,00	
	Isto é	Anual	468	14,73	6.893,64	
	Época	Anual	312	14,75	4.602,00	
	Carta Capital	Anual	156	14,93	2.329,08	
	Isto é Dinheiro	Anual	104	15,90	1.653,60	
	Época Negócio	Anual	104	15,00	1.560,00	
	Exame	Anual	208	18,00	3.744,00	
<b>VALOR GLOBAL DE REFERÊNCIA (R\$)</b>					<b>78.270,07</b>	
<b>Observações:</b>						
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Para inserir a coluna do “Valor Unitário de Referência”, foi utilizado o preço contratado por três órgãos integrantes da Administração Pública, sejam eles: Tribunal de Contas de União – TCU, Ministério da Integração Nacional – MINT e o Senado Federal. A média encontrada foi colocada na Planilha de Custos para 2018.</li> <li>• Os valores não incluem a incidência de descontos percentuais.</li> <li>• Os cálculos realizados estão contidos no anexo</li> </ul>						

#### **8 – DESCRIÇÃO DA CONTRATAÇÃO COMO UM TODO (art. 24, §1º, VII, da IN 05/2017)**

O presente objeto constitui no fornecimento de jornais e revistas à Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT, em Brasília-DF, de segunda-feira a domingo (inclusive feriados), bem como acesso às matérias on-line nos sítios dos periódicos que porventura possuam referido recurso disponível, consoante periodicidade de edição, conforme quantitativos e especificações contida no termo de referência.

## 9– JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO (art. 24, §1º, VIII, da IN 05/2017)

- Conforme art. 15, inciso IV, e art. 23, § 1º da lei 8.666/93, define que as compras, via de regra, devem ser subdividas em tantas parcelas quantas necessárias para aproveitar as peculiaridades do mercado, visando economicidade.
- Seguindo a mesma semântica, o Tribunal de Contas da União - TCU em sua Sumula nº 247 entendeu que:

**É obrigatória a admissão da adjudicação por item e não por preço global**, nos editais das licitações para a contratação de obras, serviços, compras e alienações, cujo objeto seja divisível, **desde que não haja prejuízo para o conjunto ou complexo ou perda de economia de escala**, tendo em vista o objetivo de propiciar a ampla participação de licitantes que, embora não dispondo de capacidade para a execução, fornecimento ou aquisição da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens ou unidades autônomas, devendo as exigências de habilitação adequar-se a essa divisibilidade. **(Grifo nosso)**

- Embora a Lei 8.666/93 e a Súmula do TCU tragam como regra a subdivisão de compras, os mesmos dispositivos deixam explícita a ressalva de que se houver prejuízo para o conjunto ou complexo ou perda de economia de escala não deverá ser realizado o parcelamento.
- Na contratação para o fornecimento de jornais e revistas realizada em 2017, na fase do envio das propostas, apenas três de nove empresas consultadas enviaram uma proposta formal. Um desconto de 28,74% foi o máximo conseguido, para um período de 12 meses, tal desconto seria inviável caso o escopo da contratação fosse um tempo inferior ao previsto ou para parcelamentos dos quantitativos atuais.
- Nesse sentido o § 2º da Lei 8.666/93 traz que cada etapa ou conjunto de etapas de obra, serviço ou compra deverá corresponder a uma licitação distinta. Com isso, fica demonstrado que além da baixa probabilidade de obtenção de desconto similar, a licitação fracionada demandaria trabalho, recursos financeiros e humanos, desnecessários na instrução de outro (s) processo (s) licitatório (s), recursos esses economizados no presente processo.
- A opção por licitar pelo sistema de preço de capa, em lote único, é baseada em aspectos como:
  - ➔ Há uma diversidade de publicações produzidas por diferentes editoras de diferentes localidades do país, e a contratação por meio de assinatura geraria custo administrativo desnecessário com a instrução de diversos processos para um mesmo fim;
  - ➔ A demanda existente contempla mais de um exemplar para cada periódico em quantidades diversificadas, e a fiscalização de contratos individuais dessa natureza tornar-se-ia trabalhosa para a Administração;
  - ➔ A contratação por lote único, além de propiciar economicidade processual, em processos licitatórios anteriores, já se provou eficiente no alcance de descontos próximos a 30%, e tal economia de escala não seria possível caso os fornecedores tivessem expectativas de ganhos menores na contratação como um todo.



**10– DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS EM TERMOS DE ECONOMICIDADE E DE MELHOR APROVEITAMENTO DOS RECURSOS HUMANOS, MATERIAIS OU FINANCEIROS DISPONÍVEIS (art. 24, §1º, IX, da IN 05/2017)**

- O fornecimento de jornais e revistas abastecerá não apenas as Superintendências cuja atividade é imprescindível notícias atuais relativas ao transporte nacional e internacional trazidas por veículos de mídia com grande impacto social, como também o Gabinete do Diretor Geral e os outros Diretores integrantes do colegiado desta Agência.
- A Biblioteca, utilizada por servidores e colabores da ANTT, é abastecida com os jornais e revistas periodicamente a fim de que os mesmos tenham conhecimentos dos noticiários atuais e consigam desenvolver suas atividades pautadas em informações atuais.
- Os acessos online de jornais e revistas conseguem facilitar o acesso aos periódicos para os usuários em smartphones, tablets e outros dispositivos moveis que suportem os aplicativos dos jornais e revistas. Com isso, a informação visando o aprimorando do material humano da ANTT é facilitada.
- No fornecimento atual, para se chegar ao quantitativo das tabelas acima, este CEDOC/GAB, tendo em vista a economicidade inerente à escassez de recursos orçamentários imposto a esta Agência, angariou informações juntamente com os Gestores das áreas que recebem os periódicos e otimizamos os jornais e revistas que eram mais imprescindíveis, com isso obtemos redução no valor da contratação.
- Quanto a escolha das propostas mais vantajosas, na contratação de 2017, Contrato 003/2017, o critério foi de maior desconto percentual sobre o valor de capa, sendo **28,74%** sobre o preço global. Na presente contratação, o método a ser seguido para escolha da melhor proposta deverá ser mantido, com isso gerando mais economia na contratação do objeto em questão.

**11 – PROVIDÊNCIAS PARA ADEQUAÇÃO DO AMBIENTE DO ÓRGÃO (art. 24, §1º, X, da IN 05/2017)**

- Conforme §3º, do Art. 24º da IN 05/2017, quando a contratação não contemplar qualquer um dos incisos elencados no §1º do Art. 24 da mesma IN, deverá ser motivado dentro do próprio estudo. Haja visto tal previsão, segue:
  - ➔ A contratação de empresa especializada no fornecimento de jornais e revistas junto à ANTT não necessita de realocação física ou mudança cultural no âmbito interno, pois, a entrega dos periódicos é feita por meio do balcão interno, sendo o funcionário da empresa o responsável pela entrega do objeto, logo em seguida o mesmo funcionário retorna para a empresa, não permanecendo nas dependências da Agência.
  - ➔ Quanto à adequação cultural da ANTT, o serviço já é fornecido desde o início das atividades da Agência. Os setores institucionais já possuem o hábito de buscar no período da manhã todos os documentos, incluindo os periódicos do dia.
- Considerando as características da contratação e os aspectos apresentados, este item da IN 05/2017 não contempla este Estudo Preliminar.

## 12- CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES (art. 24, §1º, XI, da IN 05/2017)

- Utilizando o site Painel de Preços, do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão - MPOG, e aplicando os seguintes filtros:
  - **Ano da Compra:** 2017.
  - **Descrição:** Assinatura de Jornais, Revistas e Periódicos; Assinatura de Jornais e Periódicos acesso sistema on-line.
  - **Modalidade de Compra:** Pregão.
  - **Período da Compra:** Últimos 180 dias.
- Os resultados da pesquisa no Painel, estão contidas no **Anexo VI** deste Estudo.
- Não há no âmbito desta Agência contratação que estabeleça vínculo de interdependência com a presente propositura.

## 13- DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

- O presente Estudo Preliminar trouxe informações importantes acerca da contratação de empresa especializada no fornecimento de jornais e revistas, tais como: Contratações similares, valores e quantitativos, estimativas de custo, necessidade da contratação.
- Tendo em vista as informações disponibilizadas e, considerando que o objeto em tela não é tido como uma contratação considerada complexa do ponto de vista técnico, este CEDOC/GAB entende que não há óbice para a realização da contratação.
- Sendo assim, os dados tabulados viabilizam o fornecimento para 2018.

**ANEXO I DO ESTUDO PRELIMINAR DA CONTRATAÇÃO  
(SUPRIMIDO)**

**ANEXO II DO ESTUDO PRELIMINAR DA CONTRATAÇÃO  
(SUPRIMIDO)**

**ANEXO III DO ESTUDO PRELIMINAR DA CONTRATAÇÃO  
(SUPRIMIDO)**

**ANEXO IV DO ESTUDO PRELIMINAR DA CONTRATAÇÃO  
(SUPRIMIDO)**

**ANEXO V DO ESTUDO PRELIMINAR DA CONTRATAÇÃO  
(SUPRIMIDO)**

**ANEXO VI DO ESTUDO PRELIMINAR DA CONTRATAÇÃO  
(SUPRIMIDO)**



## ANEXO VII DO ESTUDO PRELIMINAR DA CONTRATAÇÃO

### MODELO DE PLANILHA DE FORMAÇÃO DE CUSTO - Item I

#### PLANILHA "A" - PLANILHA DE DISTRIBUIÇÃO DIÁRIA DE JORNAIS (SEG-SEX)

Ano	Meses	Dias úteis de 2ª a 6ª no Mês	Correio Brasileiro	Jornal de Brasília	O Globo	Folha de São Paulo	Estado de São Paulo	Valor Econômico	Zero Hora**
<b>QUANTITATIVOS DIÁRIOS</b>			<b>10</b>	<b>3</b>	<b>8</b>	<b>10</b>	<b>6</b>	<b>10</b>	<b>1</b>
2018	JANEIRO	22	220	66	176	220	132	220	22
2018	FEVEREIRO	18	180	54	144	180	108	180	18
2018	MARÇO	21	210	63	168	210	126	210	21
2018	ABRIL	21	210	63	168	210	126	210	21
2018	MAIO	21	210	63	168	210	126	210	21
2018	JUNHO	21	210	63	168	210	126	210	21
2018	JULHO	22	220	66	176	220	132	220	22
2018	AGOSTO	23	230	69	184	230	138	230	23
2018	SETEMBRO	19	190	57	152	190	114	190	19
2018	OUTUBRO	22	220	66	176	220	132	220	22
2018	NOVEMBRO	20	200	60	160	200	120	200	20
2018	DEZEMBRO	20	200	60	160	200	120	200	20
<b>TOTAL</b>		<b>250</b>	<b>2500</b>	<b>750</b>	<b>2000</b>	<b>2500</b>	<b>1500</b>	<b>2500</b>	<b>250</b>
Valor unitário (R\$)			R\$ 2,50	R\$ 1,00	R\$ 4,75	R\$ 4,50	R\$ 4,50	R\$ 5,00	R\$ 5,00
Valor total sem desconto (R\$)			R\$ 6.250,00	R\$ 750,00	R\$ 9.500,00	R\$ 11.250,00	R\$ 6.750,00	R\$ 12.500,00	R\$ 1.250,00
Percentual de desconto (%)			0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Valor do desconto (Valor de capa x Percentual de Desconto)			R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$
Valor unitário ( valor da capa - valor do Desconto)			R\$ 2,50	R\$ 1,00	R\$ 4,75	R\$ 4,50	R\$ 4,50	R\$ 5,00	R\$ 5,00
Custo final (Valor Unitário x Quantitativo Total)			R\$ 6.250,00	R\$ 750,00	R\$ 9.500,00	R\$ 11.250,00	R\$ 6.750,00	R\$ 12.500,00	R\$ 1.250,00
TOTAL DA PLANILHA "A" - SEM DESCONTO					R\$ 48.250,00				
TOTAL DA PLANILHA "A" - COM DESCONTO					R\$ 48.250,00				

**MODELO DE PLANILHA DE FORMAÇÃO DE CUSTO - Item I**  
**PLANILHA "B" - PLANILHA DE DISTRIBUIÇÃO DIÁRIA DE JORNAIS (SÁBADO)**

ANO	MESES	Quantidade de Sábados no mês	CORREIO BRASILIENSE	O GLOBO	FOLHA DE SÃO PAULO	ESTADO DE SÃO PAULO
<b>QUANTITATIVOS DIÁRIOS</b>			<b>1</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>1</b>
2018	JANEIRO	4	4	4	4	4
2018	FEVEREIRO	4	4	4	4	4
2018	MARÇO	5	5	5	5	5
2018	ABRIL	4	4	4	4	4
2018	MAIO	4	4	4	4	4
2018	JUNHO	5	5	5	5	5
2018	JULHO	4	4	4	4	4
2018	AGOSTO	4	4	4	4	4
2018	SETEMBRO	5	5	5	5	5
2018	OUTUBRO	4	4	4	4	4
2018	NOVEMBRO	4	4	4	4	4
2018	DEZEMBRO	5	5	5	5	5
<b>TOTAL</b>		<b>52</b>	<b>52</b>	<b>52</b>	<b>52</b>	<b>52</b>
<b>VALOR UNITÁRIO DE CAPA (R\$)</b>			R\$ 2,50	R\$ 4,75	R\$ 4,50	R\$ 4,50
<b>VALOR TOTAL SEM DESCONTO (R\$)</b>			R\$ 130,00	R\$ 247,00	R\$ 234,00	R\$ 234,00
<b>PERCENTUAL DO DESCONTO (%)</b>			<b>0,00%</b>	<b>0,00%</b>	<b>0,00%</b>	<b>0,00%</b>
<b>VALOR DO DESCONTO (Valor da Capa x Percentual de Desconto)</b>			R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
<b>VALOR UNITÁRIO ( valor da capa - valor do Desconto)</b>			R\$ 2,50	R\$ 4,75	R\$ 4,50	R\$ 4,50
<b>CUSTO FINAL (Valor Unitário x Quantitativo Total)</b>			R\$ 130,00	R\$ 247,00	R\$ 234,00	R\$ 234,00
<b>TOTAL DA PLANILHA "B" - SEM DESCONTO</b>					R\$ 845,00	
<b>TOTAL DA PLANILHA "B" - COM DESCONTO</b>					R\$ 845,00	

**MODELO DE PLANILHA DE FORMAÇÃO DE CUSTO - Item I**  
**PLANILHA "C" - PLANILHA DE DISTRIBUIÇÃO DIÁRIA DE JORNAIS (DOMINGO)**

ANO	MESES	Quantidade de Domingos no mês	CORREIO BRASILENSE	O GLOBO	FOLHA DE SÃO PAULO	ESTADO DE SÃO PAULO
<b>QUANTITATIVOS DIÁRIOS</b>			<b>1</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>1</b>
2018	JANEIRO	4	4	4	4	4
2018	FEVEREIRO	4	4	4	4	4
2018	MARÇO	4	4	4	4	4
2018	ABRIL	5	5	5	5	5
2018	MAIO	4	4	4	4	4
2018	JUNHO	4	4	4	4	4
2018	JULHO	5	5	5	5	5
2018	AGOSTO	4	4	4	4	4
2018	SETEMBRO	5	5	5	5	5
2018	OUTUBRO	4	4	4	4	4
2018	NOVEMBRO	4	4	4	4	4
2018	DEZEMBRO	5	5	5	5	5
<b>TOTAL</b>		<b>52</b>	<b>52</b>	<b>52</b>	<b>52</b>	<b>52</b>
<b>VALOR UNITÁRIO DE CAPA (R\$)</b>			<b>R\$ 4,00</b>	<b>R\$ 7,00</b>	<b>R\$ 7,00</b>	<b>R\$ 7,00</b>
<b>VALOR TOTAL SEM DESCONTO (R\$)</b>			<b>R\$ 208,00</b>	<b>R\$ 364,00</b>	<b>R\$ 364,00</b>	<b>R\$ 364,00</b>
<b>PERCENTUAL DO DESCONTO (%)</b>			<b>0,00%</b>	<b>0,00%</b>	<b>0,00%</b>	<b>0,00%</b>
<b>VALOR DO DESCONTO (Valor da Capa x Percentual de Desconto)</b>			<b>R\$ -</b>	<b>R\$ -</b>	<b>R\$ -</b>	<b>R\$ -</b>
<b>VALOR UNITÁRIO ( valor da capa - valor do Desconto)</b>			<b>R\$ 4,00</b>	<b>R\$ 7,00</b>	<b>R\$ 7,00</b>	<b>R\$ 7,00</b>
<b>CUSTO FINAL (Valor Unitário x Quantitativo Total )</b>			<b>R\$ 208,00</b>	<b>R\$ 364,00</b>	<b>R\$ 364,00</b>	<b>R\$ 364,00</b>
<b>TOTAL DA PLANILHA "C" - SEM DESCONTO</b>				<b>R\$ 1.300,00</b>		
<b>TOTAL DA PLANILHA "C" - COM DESCONTO</b>				<b>R\$ 1.300,00</b>		

**MODELO DE PLANILHA DE FORMAÇÃO DE CUSTO - Item I**  
**PLANILHA "D" - PLANILHA DE DISTRIBUIÇÃO DIÁRIA DE JORNAIS (FERIADO)**

ANO	MESES	Quantidade de Feriados no mês	CORREIO BRASILIENSE	O GLOBO	FOLHA DE SÃO PAULO	ESTADO DE SÃO PAULO	JORNAL DE BRASÍLIA
<b>QUANTITATIVOS DIÁRIOS</b>			<b>1</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>1</b>
2018	JANEIRO	1	1	1	1	1	1
2018	FEVEREIRO	2	2	2	2	2	2
2018	MARÇO	1	1	1	1	1	1
2018	ABRIL	0	0	0	0	0	0
2018	MAIO	2	2	2	2	2	2
2018	JUNHO	0	0	0	0	0	0
2018	JULHO	0	0	0	0	0	0
2018	AGOSTO	0	0	0	0	0	0
2018	SETEMBRO	1	1	1	1	1	1
2018	OUTUBRO	1	1	1	1	1	1
2018	NOVEMBRO	2	2	2	2	2	2
2018	DEZEMBRO	1	1	1	1	1	1
<b>TOTAL</b>		<b>11</b>	<b>11</b>	<b>11</b>	<b>11</b>	<b>11</b>	<b>11</b>
<b>VALOR UNITÁRIO DE CAPA (R\$)</b>			R\$ 2,50	R\$ 4,75	R\$ 4,50	R\$ 4,50	R\$ 1,00
<b>VALOR TOTAL SEM DESCONTO (R\$)</b>			R\$ 27,50	R\$ 52,25	R\$ 49,50	R\$ 49,50	R\$ 11,00
<b>PERCENTUAL DO DESCONTO (%)</b>			<b>0,00%</b>	<b>0,00%</b>	<b>0,00%</b>	<b>0,00%</b>	<b>0,00%</b>
<b>VALOR DO DESCONTO (Valor da Capa x Percentual de Desconto)</b>			R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
<b>VALOR UNITÁRIO ( valor da capa - valor do Desconto)</b>			R\$ 2,50	R\$ 4,75	R\$ 4,50	R\$ 4,50	R\$ 1,00
<b>CUSTO FINAL (Valor Unitário x Quantitativo Total)</b>			R\$ 27,50	R\$ 52,25	R\$ 49,50	R\$ 49,50	R\$ 11,00
<b>TOTAL DA PLANILHA "D" - SEM DESCONTO</b>				<b>R\$ 189,75</b>			
<b>TOTAL GERAL DA PLANILHA "D" - COM DESCONTO</b>				<b>R\$ 189,75</b>			

MODELO DE PLANILHA DE FORMAÇÃO DE CUSTO - ITEM II

PLANILHA "E" - DISTRIBUIÇÃO SEMANAIS, MENSAIS e OUTROS DE REVISTAS

ANO	MESES	Quantidade de Semanas no mês	VEJA - SEMANAL	ISTO É - SEMANAL	ÉPOCA - SEMANAL	CARTA CAPITAL - SEMANAL	ISTO É DINHEIRO	EPOCA NEGÓCIO**	EXAME
QUANTITATIVOS			9	9	6	3	2	2	4
2018	JANEIRO	4	36	36	24	12	8	8	16
2018	FEVEREIRO	4	36	36	24	12	8	8	16
2018	MARÇO	4	36	36	24	12	8	8	16
2018	ABRIL	5	45	45	30	15	10	10	20
2018	MAIO	4	36	36	24	12	8	8	16
2018	JUNHO	4	36	36	24	12	8	8	16
2018	JULHO	5	45	45	30	15	10	10	20
2018	AGOSTO	4	36	36	24	12	8	8	16
2018	SETEMBRO	4	36	36	24	12	8	8	16
2018	OUTUBRO	5	45	45	30	15	10	10	20
2018	NOVEMBRO	4	36	36	24	12	8	8	16
2018	DEZEMBRO	5	45	45	30	15	10	10	20
TOTAL		52	468	468	312	156	104	104	208
VALOR UNITÁRIO DE CAPA (R\$)			R\$ 14,75	R\$ 14,73	R\$ 14,75	R\$ 14,93	R\$ 15,90	R\$ 15,00	R\$ 18,00
VALOR TOTAL SEM DESCONTO (R\$)			R\$ 6.903,00	R\$ 6.893,64	R\$ 4.602,00	R\$ 2.329,08	R\$ 1.653,60	R\$ 1.560,00	R\$ 3.744,00
PERCENTUAL DO DESCONTO (%)			0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
VALOR DO DESCONTO (Valor da Capa x Percentual de Desconto)			R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
VALOR UNITÁRIO ( valor da capa - valor do Desconto)			R\$ 14,75	R\$ 14,73	R\$ 14,75	R\$ 14,93	R\$ 15,90	R\$ 15,00	R\$ 18,00
CUSTO FINAL (Valor Unitário x Quantitativo Total)			R\$ 6.903,00	R\$ 6.893,64	R\$ 4.602,00	R\$ 2.329,08	R\$ 1.653,60	R\$ 1.560,00	R\$ 3.744,00
TOTAL DA PLANILHA "E" - SEM DESCONTO									R\$ 27.685,32
TOTAL DA PLANILHA "E" - COM DESCONTO									R\$ 27.685,32

MODELO DE PLANILHA DE FORMAÇÃO DE CUSTO - ITEM III

PLANILHA "F" - ACESSOS ON LINE DE JORNAIS E REVISTAS

MÍDIA	QUANTIDADE DE ACESSOS	Valor unitário para o acesso Mensal	Valor total para o acesso Mensal	Valor anual
Correio Braziliense	1	R\$ 79,00	R\$ 79,00	R\$948,00
Jornal de Brasília	1	R\$ 79,00	R\$ 79,00	R\$948,00
O Globo	1	R\$ 79,00	R\$ 79,00	R\$948,00
Folha de São Paulo	1	R\$ 79,00	R\$ 79,00	R\$948,00
Estado de São Paulo	1	R\$ 79,00	R\$ 79,00	R\$948,00
Valor Econômico	1	R\$ 79,00	R\$ 79,00	R\$948,00
Zero Hora	1	R\$ 79,00	R\$ 79,00	R\$948,00
Veja	1	R\$ 79,00	R\$ 79,00	R\$948,00
Isto é	1	R\$ 79,00	R\$ 79,00	R\$948,00
Época	1	R\$ 79,00	R\$ 79,00	R\$948,00
Carta Capital	1	R\$ 79,00	R\$ 79,00	R\$948,00
Isto é Dinheiro	1	R\$ 79,00	R\$ 79,00	R\$948,00
Exame	1	R\$ 79,00	R\$ 79,00	R\$948,00
Época Negócios	1	R\$ 79,00	R\$ 79,00	R\$948,00
<b>TOTAL PARCIAL</b>	<b>14</b>	<b>R\$ 869,00</b>	<b>R\$ 869,00</b>	<b>R\$10.428,00</b>
DESCONTO %				
VALOR DO DESCONTO				
<b>TOTAL DA PLANILHA "F" - SEM DESCONTO</b>				<b>R\$ 10.428,00</b>
<b>TOTAL DA PLANILHA "F" - COM DESCONTO</b>				<b>R\$ 10.428,00</b>

MINISTERIO DOS TRANSPORTES  
AGENCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT

QUADRO RESUMO

ITEM I	VALOR ANUAL S/DESCONTO	VALOR MENSAL S/DESCONTO - (TOTAL GERAL/12 MESES)	VALOR ANUAL C/DESCONTO	VALOR MENSAL C/DESCONTO - (TOTAL GERAL/12 MESES)
VALOR TOTAL PLANILHA ("A+B+C+D")	R\$ 50.584,75	R\$ 4.215,40	R\$	R\$
ITEM II	VALOR ANUAL S/DESCONTO	VALOR MENSAL S/DESCONTO - (TOTAL GERAL/12 MESES)	VALOR ANUAL C/DESCONTO	VALOR MENSAL C/DESCONTO - (TOTAL GERAL/12 MESES)
VALOR TOTAL PLANILHA "E"	R\$ 27.685,32	R\$ 2.307,11	R\$	R\$
ITEM III	VALOR ANUAL S/DESCONTO	VALOR MENSAL S/DESCONTO - (TOTAL GERAL/12 MESES)	VALOR ANUAL C/DESCONTO	VALOR MENSAL C/DESCONTO - (TOTAL GERAL/12 MESES)
VALOR TOTAL PLANILHA "F"	R\$ 10.428,00	R\$ 869,00	R\$	R\$
<b>VALOR GLOBAL (Item I + Item II + III)</b>	<b>R\$ 88.698,07</b>	<b>R\$ 7.391,51</b>	<b>R\$</b>	<b>R\$</b>

**ANEXO VIII DO ESTUDO PRELIMINAR DA CONTRATAÇÃO  
(SUPRIMIDO)**



**PREGÃO - ELETRÔNICO Nº. 01/2018**  
Processo número 50500.529039/2017-06

**ANEXO II**  
**PLANILHA DE PREÇOS**

**JORNAIS E REVISTAS**

SUB-ITEM (A)	DESCRIÇÃO (B)	UND (C)	QTD (D)	VALOR UNITÁRIO (R\$) (E)	VALOR TOTAL SEM DESCONTO (R\$) (F = D X E)	DESCONTO PERCENTUAL (%) (G)	VALOR TOTAL COM DESCONTO (R\$) (H = F - G)
<b>JORNAIS – SEG A SEX</b>							
01	Correio Braziliense	Anual	2500				
02	Jornal de Brasília	Anual	750				
03	O Globo	Anual	2000				
04	Folha de São Paulo	Anual	2500				
05	Estado de São Paulo	Anual	1500				
06	Valor Econômico	Anual	2500				
07	Zero Hora	Anual	250				
<b>JORNAIS SÁBADO</b>							
08	Correio Braziliense	Anual	52				
09	O Globo	Anual	52				
10	Folha de São Paulo	Anual	52				
11	Estado de São Paulo	Anual	52				
<b>JORNAIS – DOMINGO</b>							
12	Correio Braziliense	Anual	52				
13	O Globo	Anual	52				
14	Folha de São Paulo	Anual	52				
15	Estado de São Paulo	Anual	52				
<b>JORNAIS – FERIADO</b>							
16	Correio Braziliense	Anual	11				
17	Jornal de Brasília	Anual	11				
18	O Globo	Anual	11				
19	Folha de São Paulo	Anual	11				
20	Estado de São Paulo	Anual	11				

REVISTAS							
21	Veja	Anual	468				
22	Isto é	Anual	468				
23	Época	Anual	312				
24	Carta Capital	Anual	156				
25	Isto é Dinheiro	Anual	104				
26	Época Negócio	Anual	104				
27	Exame	Anual	208				
<b>VALOR GLOBAL - JORNAIS E REVISTAS (R\$)</b>							

### ACESSOS ON LINE DE JORNAIS E REVISTAS

SUB-ITEM (A)	DESCRIÇÃO (B)	UND (C)	QTD (D)	VALOR MENSAL (R\$) (E)	VALOR ANUAL SEM DESCONTO (R\$) (F = D X E X 12))	DESCONTO PERCENTUAL (%) (G)	VALOR TOTAL COM DESCONTO (R\$) (H = F - G))
01	Correio Braziliense	Acesso	1				
02	Jornal de Brasília	Acesso	1				
03	O Globo	Acesso	1				
04	Folha de São Paulo	Acesso	1				
05	Estado de São Paulo	Acesso	1				
06	Valor Econômico	Acesso	1				
07	Zero Hora	Acesso	1				
08	Veja	Acesso	1				
09	Isto é	Acesso	1				
10	Época	Acesso	1				
11	Carta Capital	Acesso	1				
12	Isto é Dinheiro	Acesso	1				
13	Exame	Acesso	1				
14	Época Negócios	Acesso	1				
<b>VALOR GLOBAL - ACESSOS ON LINE DE JORNAIS E REVISTAS (R\$)</b>							

### QUADRO RESUMO

ITEM	VALOR GLOBAL COM DESCONTO (R\$)
JORNAIS E REVISTAS	
ACESSOS ON LINE DE JORNAIS E REVISTAS	
VALOR GLOBAL DA PROPOSTA	

OBS: Não serão aceitas propostas com valores superiores a R\$ 64.528,09 (sessenta e quatro mil, quinhentos e vinte e oito reais e nove centavos), conforme demonstrado abaixo:

Periódicos Impressos – Sem Desconto Valor total (R\$)	78.270,07
Periódicos Digital – Sem Desconto Valor total (R\$)	10.428,00
<b>TOTAL (R\$)</b>	<b>88.698,07</b>

Periódicos Impressos – Com Desconto (27,28%) Valor total (R\$)	56.921,91
Periódicos Digital – Com Desconto (27,06%) Valor total (R\$)	7.606,18
<b>TOTAL ANUAL ESTIMADO COM DESCONTO (R\$)</b>	<b>64.528,09</b>

### **ANEXO III**

#### **REGULAMENTO PARA APLICAÇÃO DA PENALIDADE DE IMPEDIMENTO DE LICITAR E CONTRATAR COM A UNIÃO NO ÂMBITO DA ANTT**

Art. 1º A sanção administrativa de impedimento de licitar e contratar com a União, prevista no art. 7º da Lei nº 10.520, de 2002, e no art. 28 do Decreto nº 5.450, de 2005, será aplicada ao adjudicatário ou contratado, no âmbito da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, de acordo com os seguintes limites temporais:

I - de três a seis meses, no caso de ensejar o retardamento da execução do objeto por até quinze dias;

II - de seis meses a um ano, nos casos de:

- a) ensejar o retardamento da execução do objeto por mais de quinze dias; e
- b) falhar na execução do contrato;

III - de um a três anos, nos casos de:

- a) não assinar o contrato ou a ata de registro de preços quando convocado dentro do prazo de validade;
- b) deixar de entregar documentação exigida no edital;
- c) ensejar o retardamento da execução do objeto por mais de trinta e um dias; e
- d) não manter a proposta; e

IV – de três a cinco anos, no caso de:

- a) apresentar documentação falsa;
- b) fraudar na execução do contrato;
- c) comportar-se de modo inidôneo;
- d) fizer declaração falsa; e
- e) cometer fraude fiscal.

§ 1º A fixação da pena levará em consideração as circunstâncias de cada caso concreto, tais como a reprovabilidade do comportamento a ser punido, a culpabilidade do adjudicatário ou contratado e o prejuízo causado aos serviços a cargo da ANTT.

§ 2º A penalidade prevista neste artigo será aplicada sem prejuízo das multas previstas em edital, e das demais cominações legais.

§ 3º O atraso superior a trinta e um dias caracteriza a inexecução total do contrato e enseja sua rescisão.

§ 4º O adjudicatário ou contratado que for punido na forma deste artigo será descredenciado do Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF pelo mesmo período da sanção aplicada.

Art. 2º A aplicação da pena de impedimento de licitar e contratar com a União, prevista neste Regulamento, será apurada em procedimento administrativo próprio com observância do contraditório e da ampla defesa.

Art. 3º A defesa do interessado será juntada ao processo para análise prévia da Superintendência de Administração e Recursos Humanos e, caso haja alguma questão jurídica a ser dirimida, será encaminhada à Procuradoria-Geral desta Agência, antes da remessa à Diretoria para deliberação.

§ 1º Concluindo pela aplicação da penalidade, a Diretoria procederá à remessa dos autos à Superintendência de Administração e Recursos Humanos para as providências relativas à notificação da empresa e solicitação para inclusão da penalidade nos registros cadastrais a que se refere o Decreto nº 5.450, de 2005.

§ 2º Da aplicação da pena de impedimento de licitar e contratar com a União caberá Pedido de Reconsideração, que poderá ser interposto no Protocolo Geral da ANTT, no prazo de dez dias, a contar de sua notificação.

Art. 4º O presente Regulamento deverá integrar, obrigatoriamente, como anexo, todos editais de pregão eletrônico e presencial.

PREGÃO - ELETRÔNICO Nº. 01/2018  
Processo número 50500.529039/2017-06

---

#### ANEXO IV

#### MINUTA DE CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº XX/2018  
PROCESSO Nº 50500.529039/2017-06

**TERMO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE  
SERVIÇOS DE FORNECIMENTO DE JORNAIS E  
REVISTAS Nº XX/2018, QUE FAZEM ENTRE SI  
A ANTT E A EMPRESA .....**

A Agência Nacional de Transportes Terrestres, entidade integrante da Administração Federal indireta, constituída nos termos da Lei nº. 10.233, de 05 de junho de 2001, com sede no Setor de Clubes Esportivos Sul Trecho 3 - Lote 10 - Projeto Orla, Pólo 8, na cidade de Brasília/DF, inscrita no CNPJ sob o nº 04.898.488/0001-77, neste ato representado(a) pelo Diretor Geral ....., nomeado pela Portaria nº ....., de ..... de ..... de 20..., publicada no *DOU* de ..... de ..... de ....., inscrito(a) no CPF nº ....., portador(a) da Carteira de Identidade nº ....., doravante denominada CONTRATANTE, e o(a) ..... inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº ....., sediado(a) na ....., em ..... doravante designada CONTRATADA, neste ato representada pelo(a) Sr.(a) ....., portador(a) da Carteira de Identidade nº ....., expedida pela (o) ....., e CPF nº ....., tendo em vista o que consta no Processo nº 50500.529039/2017-06 e em observância às disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 2.271, de 7 de julho de 1997 e da Instrução Normativa SEGES/MPDG n. 5, de 26 de maio de 2017, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão nº 01/2018, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

#### **1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO**

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de empresa especializada para fornecimento de jornais e revistas à Agência Nacional de Transportes Terrestres, em Brasília/DF, conforme especificações e quantitativos estabelecidos no Edital do Pregão identificado no preâmbulo e na proposta vencedora, os quais integram este instrumento, independente de transcrição.

1.2. Este Termo de Contrato vincula-se ao Edital do Pregão, identificado no preâmbulo e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.

## 2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência deste Termo de Contrato é aquele fixado no Edital, com início na data de sua assinatura e encerramento em 31/12/2018.

## 3. CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇO

3.1. O valor total da contratação é de R\$ ..... (.....), conforme Planilha abaixo:

### JORNAIS E REVISTAS

SUB-ITEM (A)	DESCRIÇÃO (B)	UND (C)	QTD (D)	VALOR UNITÁRIO (R\$) (E)	VALOR TOTAL SEM DESCONTO (R\$) (F = D X E)	DESCONTO PERCENTUAL (%) (G)	VALOR TOTAL COM DESCONTO (R\$) (H = F - G)
<b>JORNAIS – SEG A SEX</b>							
01	Correio Braziliense	Anual	2500				
02	Jornal de Brasília	Anual	750				
03	O Globo	Anual	2000				
04	Folha de São Paulo	Anual	2500				
05	Estado de São Paulo	Anual	1500				
06	Valor Econômico	Anual	2500				
07	Zero Hora	Anual	250				
<b>JORNAIS SÁBADO</b>							
08	Correio Braziliense	Anual	52				
09	O Globo	Anual	52				
10	Folha de São Paulo	Anual	52				
11	Estado de São Paulo	Anual	52				
<b>JORNAIS – DOMINGO</b>							
12	Correio Braziliense	Anual	52				
13	O Globo	Anual	52				
14	Folha de São Paulo	Anual	52				
15	Estado de São Paulo	Anual	52				
<b>JORNAIS – FERIADO</b>							
16	Correio Braziliense	Anual	11				
17	Jornal de Brasília	Anual	11				
18	O Globo	Anual	11				
19	Folha de São Paulo	Anual	11				
20	Estado de São Paulo	Anual	11				

REVISTAS						
21	Veja	Anual	468			
22	Isto é	Anual	468			
23	Época	Anual	312			
24	Carta Capital	Anual	156			
25	Isto é Dinheiro	Anual	104			
26	Época Negócio	Anual	104			
27	Exame	Anual	208			
<b>VALOR GLOBAL - JORNAIS E REVISTAS (R\$)</b>						

#### ACESSOS ON LINE DE JORNAIS E REVISTAS

SUB-ITEM (A)	DESCRIÇÃO (B)	UND (C)	QTD (D)	VALOR MENSAL (R\$) (E)	VALOR ANUAL SEM DESCONTO (R\$) (F = D X E X 12))	DESCONTO PERCENTUAL (%) (G)	VALOR TOTAL COM DESCONTO (R\$) (H = F - G))
01	Correio Braziliense	Acesso	1				
02	Jornal de Brasília	Acesso	1				
03	O Globo	Acesso	1				
04	Folha de São Paulo	Acesso	1				
05	Estado de São Paulo	Acesso	1				
06	Valor Econômico	Acesso	1				
07	Zero Hora	Acesso	1				
08	Veja	Acesso	1				
09	Isto é	Acesso	1				
10	Época	Acesso	1				
11	Carta Capital	Acesso	1				
12	Isto é Dinheiro	Acesso	1				
13	Exame	Acesso	1				
14	Época Negócios	Acesso	1				
<b>VALOR GLOBAL - ACESSOS ON LINE DE JORNAIS E REVISTAS (R\$)</b>							

#### QUADRO RESUMO

ITEM	VALOR GLOBAL COM DESCONTO (R\$)
JORNAIS E REVISTAS	
ACESSOS ON LINE DE JORNAIS E REVISTAS	
<b>VALOR GLOBAL DA PROPOSTA</b>	



3.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

#### **4. CLÁUSULA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

4.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União, para o exercício de 2018, na classificação abaixo:

Gestão/Unidade: 39250/393001

Fonte: 250

Programa de Trabalho: 26.122.2126.2000.0001

Elemento de Despesa: 339039-01

Nota de Empenho: 2018NEXXXXX

#### **5. CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO**

5.1 O pagamento será efetuado pela CONTRATANTE no prazo de 10 (dez) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura.

5.2 A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento provisório e definitivo do serviço, nos seguintes termos:

5.2 No prazo de até 5 dias corridos do adimplemento da parcela, a CONTRATADA deverá entregar toda a documentação comprobatória do cumprimento da obrigação contratual;

5.4 No prazo de até 10 dias corridos a partir do recebimento dos documentos da CONTRATADA, o fiscal técnico deverá elaborar Relatório Circunstanciado em consonância com suas atribuições, e encaminhá-lo ao gestor do contrato.

5.5 No mesmo prazo, o fiscal ou equipe de fiscalização deverá elaborar Relatório Circunstanciado em consonância com suas atribuições e encaminhá-lo ao gestor do contrato.

5.6 Em existindo fiscal setorial, este deverá elaborar Relatório Circunstanciado em consonância com suas atribuições, no mesmo prazo.

5.7 No prazo de até 10 (dez) dias corridos a partir do recebimento dos relatórios mencionados acima, o Gestor do Contrato deverá providenciar o recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços, obedecendo as seguintes diretrizes:

5.8 Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização técnica, setorial, e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

5.9 Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

5.10 Comunicar a CONTRATADA para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

5.11 Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

5.12 O pagamento somente será autorizado depois de efetuado o “atesto” pelo servidor competente, devidamente acompanhada das comprovações mencionadas no item 2 do Anexo XI da IN SEGES/MPDG n. 5/2017.

5.13 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

5.14 Antes de cada pagamento à CONTRATADA, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

5.15 Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da CONTRATADA, será providenciada sua advertência, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da CONTRATANTE.

5.16 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a CONTRATANTE deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da CONTRATADA, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

5.17 Persistindo a irregularidade, a CONTRATANTE deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à CONTRATADA a ampla defesa.

5.18 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a CONTRATADA não regularize sua situação junto ao SICAF.

5.19 Somente por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da CONTRATANTE, não será rescindido o contrato em execução com a CONTRATADA inadimplente no SICAF.

5.20 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, nos termos do item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MPDG n. 5/2017, quando couber:

5.20.1 A CONTRATADA regularmente optante pelo Simples Nacional, exclusivamente para as atividades de prestação de serviços previstas no §5º-C, do artigo 18, da LC 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime, observando-se as exceções nele previstas. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

5.21 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de

compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX \quad I = \frac{(6 / 100)}{365} \quad I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%

## **6. CLÁUSULA SEXTA – INEXISTÊNCIA DE REAJUSTE**

6.1 O preço é fixo e irreajustável.

## **7 CLÁUSULA SÉTIMA – REGIME DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E FISCALIZAÇÃO**

7.1 O regime de execução dos serviços a serem executados pela CONTRATADA, os materiais que serão empregados e a fiscalização pela CONTRATANTE são aqueles previstos no Termo de Referência, anexo do Edital.

## **8 CLÁUSULA OITAVA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

8.1 Permitir acesso dos empregados da CONTRATADA aos locais de fornecimento dos jornais e revistas, desde que devidamente identificados.

8.2 Proporcionar todas as facilidades para que a CONTRATADA possa efetuar o fornecimento, dentro das normas deste Contrato.

8.3 Informar à CONTRATADA quando da alteração no endereço.

8.4 Fiscalizar a perfeita execução dos serviços contratados, informando à CONTRATADA quando da ocorrência de alguma irregularidade, a fim de que sejam adotadas as medidas cabíveis.

8.5 Designar local apropriado para a entrega dos jornais e revistas.

8.6 Efetuar o pagamento devido nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

8.7 Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA.

8.8 Comunicar formal, circunstanciada e tempestivamente à CONTRATADA qualquer anormalidade havida durante a execução do fornecimento dos jornais e revistas.

8.9 Proceder à consulta prévia ao SICAF, CADIN e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas antes da emissão da Nota de Empenho, e antes de efetuar qualquer pagamento à CONTRATADA e, se esta não for inscrita no SICAF, exigir a apresentação dos documentos comprobatórios da regularidade fiscal, seguridade social e trabalhista.

## **9 CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

9.1 Executar o objeto conforme especificações deste Contrato e de sua proposta,

com alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade especificadas no Termo de Referência.

9.2 Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal deste Contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.

9.3 Manter o empregado nos horários predeterminados pela CONTRATANTE.

9.4 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), ficando a CONTRATANTE autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à CONTRATADA, o valor correspondente aos danos sofridos.

9.5 Utilizar empregados habilitados e com conhecimento básico dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor.

9.6 Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão CONTRATANTE, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, 2010.

9.7 Apresentar os empregados devidamente uniformizados e identificados por meio de crachá, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual –EPI, quando for o caso.

9.8 Apresentar à CONTRATANTE, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que atenderão o órgão par a execução do serviço.

9.9 Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja a inadimplência não transfere responsabilidade à CONTRATANTE.

9.10 Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da CONTRATANTE.

9.11 Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas por este Contrato, devendo a CONTRATADA relatar à CONTRATANTE toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função.

9.12 Relatar à CONTRATANTE toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da execução dos serviços.

9.13 Não permitir a utilização de qualquer trabalho de menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

9.14 Manter durante toda a vigência deste Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação

9.15 Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento deste Contrato.

9.16 Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos

quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

## **10 CLÁUSULA DÉCIMA– SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.**

10.1 Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a CONTRATADA que:

10.1.1 Inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação.

10.1.2 Ensejar o retardamento da execução do objeto.

10.1.3 Falhar ou fraudar na execução deste Contrato.

10.1.4 Comportar-se de modo inidôneo; e

10.1.5 Cometer fraude fiscal.

10.2 Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

10.2.1 advertência por escrito, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado.

10.2.2 Multa de:

10.2.2.1 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença.

10.2.2.2 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima ou de inexecução parcial da obrigação assumida.

10.2.2.3 0,1% (um décimo por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida.

10.2.2.4 0,2% a 3,2% por dia sobre o valor do contrato, conforme detalhamento constante das tabelas 1 e 2 abaixo; e

10.2.2.5 0,07% (sete centésimos por cento) do valor deste Contrato por dia de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a CONTRATANTE a promover a rescisão deste Contrato.

10.2.2.6 As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

10.2.3 Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

10.2.4 Sanção de impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União, com o conseqüente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;

10.2.5 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a CONTRATANTE pelos prejuízos causados;

10.3 As sanções previstas nos subitens 10.2.1, 10.2.3, 10.2.4 e 10.2.5 desta cláusula poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

10.4 Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

10.4.1 tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio doloso, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

10.4.2 tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

10.4.3 demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a CONTRATANTE em virtude de atos ilícitos praticados.

10.5 As sanções de advertência e de impedimento de licitar e contratar com a União poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

10.6 Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas 1 e 2:

**Tabela 1**

<b>GRAU</b>	<b>CORRESPONDÊNCIA</b>
1	0,2% ao dia sobre o valor deste Contrato
2	0,4% ao dia sobre o valor deste Contrato
3	0,8% ao dia sobre o valor deste Contrato
4	1,6% ao dia sobre o valor deste Contrato
5	3,2% ao dia sobre o valor deste Contrato

**Tabela 2**

<b>INFRAÇÃO</b>		
<b>ITEM</b>	<b>DESCRIÇÃO</b>	<b>GRAU</b>

1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou conseqüências letais, por ocorrência.	05
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento.	04
3	Servir-se de funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados, por empregado e por dia.	03
4	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por dia.	02
<b>Para os itens a seguir, deixar de:</b>		
5	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência.	02
6	Substituir empregado alocado que não atenda às necessidades do serviço, por funcionário e por dia.	01
7	Cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência.	03
8	Indicar e manter durante a execução do contrato os prepostos previstos no edital/contrato.	01
9	Providenciar treinamento para seus funcionários conforme previsto na relação de obrigações da CONTRATADA.	01

10.7 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

10.8 A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à CONTRATANTE observado o princípio da proporcionalidade.

10.9 As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

## **11 CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – RESCISÃO**

11.1 O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas no art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, com as conseqüências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

11.2 Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.

11.3 A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.4 O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

11.4.1 Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

11.4.2 Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

11.4.3 Indenizações e multas.

## **12 CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – VEDAÇÕES**

12.1 É vedado à CONTRATADA:

12.1.1 Caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira;

12.1.2 Interromper a execução dos serviços sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

## **13 CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA– DAS ALTERAÇÕES**

13.1 Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, bem como do ANEXO X da IN nº 05, de 2017.

13.2 A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

13.3 As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

## **14 CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS**

14.1 Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993, na Lei nº 10.520, de 2002 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

## **15 CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – PUBLICAÇÃO**

15.1 Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial da União, no prazo previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

## **16 CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – FORO**

16.1 O Foro para solucionar os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato será o da Seção Judiciária do Distrito Federal - Justiça Federal.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em 3 (três) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes.

Brasília, .... de..... de 2018

PELA CONTRATANTE

\_\_\_\_\_  
EDUARDO JOSÉ MARRA

PELA CONTRATADA:

TESTEMUNHAS:

\_\_\_\_\_  
Nome, CPF e RG

\_\_\_\_\_  
Nome, CPF e RG